

# Diferenciação camponesa na Depressão Sertaneja Semi-Árida do Ceará<sup>1</sup>

**Déa de Lima Vidal**

Professora Adjunta, Doutora em Agricultura e Economia Agrária, Coordenadora do Laboratório de Estudos em Sistemas Semi-Áridos (FAVET) da Universidade Estadual do Ceará, Telefone: (85) 31019932, Av. Paranjana, 1700, Bairro Serrinha, CEP 60740-903, Fortaleza, CE (lesisa2008@gmail.com)

**João Vitor de Oliveira Alencar**

Estagiário e Bolsista de Iniciação Científica pela Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico e Membro do Laboratório de Estudos em Sistemas Semi-Áridos da Universidade Estadual do Ceará (joaoflit@yahoo.com.br)

## Resumo

Analisaram-se os impactos provocados por determinados componentes do padrão tecnológico adotado pela agricultura brasileira, sobre as relações sociais de produção em Unidades Familiares (UFs) rurais da Depressão Sertaneja no semi-árido do Ceará. 96 UFs foram diferenciadas a partir de dados originais no tocante à composição e produtividade do fator trabalho e do nível de mecanização. Como resultados sobressaem: (i) presença da força de trabalho assalariado sazonal, em todas as UFs rurais, excetuando-se as da Comunidade de Tapera e (ii) a maioria das UFs apresentaram baixo índice de mecanização. Assim, as UFs de Tapera, Queimadas e Lustal II se constituíram nas que sofreram menores transformações internas do trabalho familiar, relacionadas às variáveis de baixa mecanização, caracterizando-se assim, como camponesas. Essas UFs podem servir de base para a (re)estruturação de um modelo alternativo de desenvolvimento, contrário à racionalidade globalizadora. A alta intensificação de seu fator trabalho, indicando sua máxima mobilização aliada à baixa dependência da mecanização e importante presença de jovens, permite vislumbrar que ainda controlam recursos desse sistema agrário marginal e ameaçado, convidando para sua restauração e aperfeiçoamento.

**Palavras-chave:** campesinato, dinâmica camponesa, semi-árido, Depressão Sertaneja Cearense.

## Resumen

### Diferenciación campesina en la Cuenca Sertaneja Semi-árida del Estado del Ceará

Los impactos provocados por determinados componentes del patrón tecnológico adoptado por la agricultura brasileña han sido analizados en lo que concierne a las relaciones sociales de producción en Unidades Familiares (UFs) rurales ubicadas en

---

<sup>1</sup> Este trabalho corresponde a uma versão revisada e ampliada da Comunicação apresentada ao Evento "Fórum do Semi-Árido: Teorias e Práticas", realizado em Sobral – Ce nos dias 21 a 23 de Outubro de 2009. A estrutura geral do texto foi modificada, havendo sido realizadas significativas alterações.

Cuenca Sertaneja del Semi-Árido, Estado del Ceará, Brasil. Datos originales de noventa y seis UFs han permitido la diferenciación de las mismas por intermedio de variables sobre la composición y productividad del factor trabajo y del nivel de mecanización. Como resultados se evidenciaron: (i) presencia de la fuerza de trabajo asalariado sazonal en todas las UFs rurales, con excepción de las pertenecientes a la Comunidad de Tapera y (ii) la mayoría de las UFs presentaron bajo índice de mecanización. Por lo tanto, las UFs de Tapera, Queimadas y Lustal II se han constituido en las que han sufrido las más pequeñas transformaciones internas del trabajo familiar, relacionadas a las variables de baja mecanización, caracterizándose así como campesinas. Esas UFs pueden servir de base para a (re)estructuración de un modelo alternativo de desarrollo, contrario a la racionalidad globalizante. La alta intensificación de su factor trabajo, indicativo de su máxima movilización unida a la baja dependencia de mecanización e importante presencia de jóvenes rurales, ha permitido conjeturar que todavía aquellas UFs controlan recursos de este sistema agrario marginal y amenazado, invitando para su restauración y perfeccionamiento.

**Palabras-clave:** campesinato; dinámica campesina; semi-árido; Cuenca Sertaneja Cearense; restauración.

### Abstract

#### Peasant differentiation on the Semiarid Hinterland Depression, State of Ceará

The impacts provoked by determined technological standard components of the adopted by Brazilian agriculture had been analyzed on the social production relations in agricultural Familiar Units (FUs) of the Sertaneja Depression, Semi-arid area of Ceará, Brazil. 96 FUs had been differentiated from original data in regards to the factor work composition and productivity and mechanization level. The follow outstanding results were found: (i) the sazonal wage-earning work presence in all the agricultural FUs, excepting in the Tapera Community and (ii) the majority of the FUs had presented mechanization low index. Thus, the Tapera, Queimadas and Lustal II FUs had constituted those Communities had suffered the minors familiar work internal transformations, related to the low mechanization, characterizing theirselves thus, as peasants. These FUs can serve of base for structuring an alternative model of development, in the opposite to the globalizer rationality. The high intensification of its factor work, indicating its maximum mobilization allied to low mechanization dependence and the important young rural people presence, allows to glimpse that still those rural communities UFs control resources of this agrarian disadvantaged and threatened system, inviting for its restoration and perfecting.

**Key-words:** peasant; peasant dynamics; semi-arid; Hinterlands Ceara Basin; restoration.

### Introdução

Dispondo de meios limitados a agricultura camponesa, orientada inicialmente para a produção de subsistência, vem sendo subjugada à produção capitalista e condicionada a aumentá-la sem cessar, para atender suas necessidades monetárias crescentes, acentuadas pelas taxações comerciais e fiscais; gerando, por conseguinte, uma situação de pobreza ao campesinato à medida que é submetido a uma modernização limitada, desigual e inadaptada, pensada de cima para baixo. Em conseqüência, a pobreza

camponesa leva a uma superexploração do meio, à sua degradação e à escassez (BARBOSA *et al.*, 2008; MAZOYER, 1991). Agora, não se trata mais de *modernização*, de progressão ou mesmo de estagnação. Trata-se sim, de regressão do meio, fome e êxodo. A incorporação *maciça* de meios importados para desenvolver a agroexportação além de ser inacessível, é geradora de crise para o campesinato. Portanto, é necessário passar-se pela *mobilização prioritária* e pelo *melhoramento contínuo dos recursos locais*: mobilização dos recursos fundiários, mobilização da força de trabalho da população camponesa e utilização máxima das energias locais (ALTIERI, NICHOLLS, 2002). Assim, satisfazer prioritariamente as necessidades locais da reprodução social (de subsistência e ecológica), através da valorização máxima do trabalho e dos recursos disponíveis e da minimização dos insumos onerosos é um processo que questiona o modelo dominante, já que esse último maximiza a agroexportação, juntamente com as importações dos meios modernos, em detrimento da economia camponesa. Trata-se, pois, de uma nova via, de um novo modelo de desenvolvimento: autocentrado e menos dependente (AS-PTA, 2009; CONTAG, 1997; MAZOYER, 1991). Procura-se por conseguinte, restaurar a economia alimentar e os ecossistemas degradados e propõem-se tecnologias mais *adaptadas, intermediárias*, projetos de *desenvolvimento integrado*. O principal objetivo desse desenvolvimento deve ser precisamente o de salvar, restaurar e aperfeiçoar a economia camponesa, que controla os recursos e os ecossistemas marginais e ameaçados, os *espaços perplexos* (ARAÚJO, 2000a).

Defendem-se, pois, outros modelos de desenvolvimento para as denominadas *zonas de agricultura marginal*, ou áreas desfavorecidas, e ao fazê-lo incorpora-se uma perspectiva *desde baixo*, embora, sem ocultar o fato de que "*as sociedades rurais e o problema do agro já não são explicáveis somente no âmbito puro da agricultura*" (BORBA, GOMES, TRUJILLO, 2009). No entanto, há uma década ao menos, a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG, 1997) vem argumentando sobre a necessidade premente de se utilizar em maior escala os recursos próprios e disponíveis na unidade familiar, evidenciando que, a superação pelo campesinato de sua situação de empobrecimento crescente, supõe romper com a dependência técnica dominante e, assim, resistir à exclusão social por meio do resgate produtivo (CARVALHO, 2003).

### **Campeinato e Espaços Perplexos esquecidos**

As pesquisas sobre o agro brasileiro se desenvolveram, primordialmente, sobre os espaços dinamizados pelo capital, objetivando entender as implicações do modo de produção capitalista sobre as relações sociais de produção particulares do campo, prioritariamente enfocadas em áreas modernizadas. Ao nível de semi-árido do Ceará, especificamente, têm-se os trabalhos pioneiros de Elias (2006, 2005, 2002, 2001), nos quais objetivou reconhecer a mecânica de (re)produção dos espaços agrícolas de seus *vales úmidos*, recentemente incorporados à produção agropecuária globalizada, pontos de difusão da agricultura científica e do agronegócio.

No entanto, a literatura não fornece estudos sistemáticos e aprofundados sobre o funcionamento de unidades camponesas em *espaços perplexos* (ARAÚJO, 2000a) cearenses, localizados no semi-árido da depressão sertaneja, espaços não racionalizados pelo capital, observa-se assim, uma lacuna muito significativa que permitirá, caso não seja sanada, o aprofundamento da fragilidade camponesa. Ademais, a ótica de análise preponderante, ademais de privilegiar os espaços capitalizados, quando se volta para os espaços desfavorecidos, o faz seguindo a tendência recente nos trabalhos realizados sobre economia política e sociologia rural no Brasil: a da não abordagem do campesinato como categoria de análise. O termo "agricultura familiar", nem sempre apoiado em

definição teórica clara é utilizado majoritariamente em estudos empíricos. A preferência da última designação para a pequena unidade de produção rural, desconhece pois, o camponês, a camponesa, substituídos por uma noção neoliberal de pequeno empreendedor, tão impregnada na figura do agricultor familiar.

Essa perspectiva contribui para o enfraquecimento do debate político travado em torno do tema da questão agrária, visto que o conceito de produtor familiar é usado como alternativa ao de camponês, por apresentar caráter operacional não conflitivo, já que ignora os interesses divergentes de classes no campo e por melhor representar a realidade de um rural submetido à desarticulação de seus movimentos sociais e a um conjunto de políticas de cunho modernizante. O conceito de campesinato, no entanto, permite apreender a complexidade do sujeito histórico, diferentemente do que ocorre com os de pequena produção e agricultura familiar (MARQUES, 2008).

### **Campesinato: divergência conceitual**

Em geral, os estudos que dedicam especial atenção aos paradigmas da questão agrária brasileira, sob o modo capitalista de produção em sua etapa monopolista, caracterizam-se pelos antagonismos políticos, pois concebem de formas distintas o processo de desenvolvimento do capitalismo no campo. Tais estudos interpretam o avançar desse modo de produção levando em conta duas tendências consideradas clássicas: (i) o modo de produção capitalista é entendido como contraditório, logo, em seu processo de reprodução, produzirá igualmente as suas incoerências, dentre elas o trabalho familiar camponês e (ii) o modo de produção capitalista, apesar, de também entendido como contraditório, produzirá a inevitável homogeneização com o decorrer de seu processo, supondo formação de um proletariado único num pólo e uma classe burguesa noutro (OLIVEIRA, 2007; CAMPOS, 2005).

Referente à primeira tendência, a qual contrapõe essas concepções que preconizam o fim do campesinato, Santos (1981) assinala que a reprodução ampliada do capital necessita de relações não-capitalistas de produção para se efetivar. Nesse sentido, a acumulação capitalista desenvolve-se através da dominação do capital sobre os processos de trabalho não-capitalistas, resultando, pois, na reprodução subordinada do campesinato. No entanto, esse autor converge com a segunda tendência, a seguir apresentada, quando concebe que a subordinação do trabalho camponês ocorre formalmente ao capital, integrando a sua produção ao sistema capitalista de modo horizontal ou vertical. Nesse contexto, o capital impõe as suas determinações ao processo de trabalho camponês, efetuando o controle parcial do processo produtivo e finalmente produzindo a pauperização das famílias camponesas, mediante relações de trocas desiguais, explorando o valor gerado pela produção camponesa.

Para Martins (1990) o próprio capital engendra e reproduz relações não-capitalistas de produção, isto é, no processo de reprodução ampliada do capitalismo o capital redefine antigas relações (pré-capitalistas), assumindo formas tipicamente capitalistas, opostas ao modo de produção anterior, e articula [...] *relações não-capitalistas igual e contraditoriamente necessárias a essa reprodução* (MARTINS, 1990, p. 20). Portanto, para esse autor o capital não comporta outras formas de produção em seu interior (pré-capitalistas e não-capitalistas), pois o sistema as incorporou e lhes deu nova roupagem, como a renda da terra, que sendo de origem pré-capitalista perdeu esse caráter e se transformou em renda territorial capitalizada; ou seja, entende que não cabe analisar essas relações como fora do capitalismo e sim como relações sociais de produção de dentro desse sistema.

Oliveira (2007) também partilha da tese de Martins de que o campesinato tende a permanecer no capitalismo e que a combinação entre os setores capitalistas e não-capitalistas, longe de ser uma debilidade do processo de acumulação, é mais uma das formas próprias do sistema para realizar a reprodução ampliada do capital, assinalando que *o capital lança mão da criação e recriação das relações não-capitalistas de produção para realizar a produção não-capitalista do capital* (OLIVEIRA, 2007, p.20). Em sua concepção, não há uma sujeição formal do trabalho ao capital, visto que essa conceituação leva em conta os atributos e especificidades que marcaram a indústria, a qual foi razão da elaboração desse conceito. Para Oliveira o que realmente ocorre é a sujeição do campesinato ao capital, sem que o mesmo seja expulso da terra, sem que o camponês seja expropriado do seu meio de produção.

De acordo com a segunda tendência, com o desenvolvimento do capitalismo o campesinato tende a desaparecer, tornando o acesso à terra cada vez mais difícil, pois na medida em que o camponês se insere à lógica da produção capitalista, se subordina cada vez mais ao sistema, ficando refém da produção em escala – o que os camponeses não tem a seu favor – por conseqüência, tecnicizam (modernizam) a produção para compensar essa *limitação*. Porém, para poder ter acesso a essa mecanização, hipotecam suas propriedades sujeitando-se às taxas de juros, através de financiamentos, os quais não conseguem pagar em razão das baixas dos preços dos produtos agrícolas em época de colheita farta, do aumento do custo da produção e a conseqüente baixa de sua rentabilidade, perdendo-a, portanto, com o decorrer do processo.

Silva *et al.* (1983) entendem que esse processo, denominado de *diferenciação interna* (camponeses ricos ou pobres), é resultado das contradições inerentes ao modo capitalista de produção, determinado pelas formas de articulação da pequena produção familiar de subsistência com os setores do capital, que por sua vez, reflete, no final desse processo, o camponês sob uma forma modernizada (os camponeses ricos), e os camponeses pobres, expropriados de seus meios de produção, vendo-se obrigados a sujeitarem a sua força de trabalho ao capital, portanto, se proletarizando. Segundo esse autor, dependendo das particularidades com que foi redefinida a articulação campesina com o mercado, haveria os processos de decomposição das unidades camponesas: o processo de proletarização ou semiproletarização (*hacia abajo*); e o processo de capitalização, isto é, os camponeses tornar-se-iam *farmers* do tipo norte-americano (*hacia arriba*).

Sousa (2009) também adota essa concepção e aponta que, a economia campesina é a base para a evolução de uma produção essencialmente capitalista, visto que no seu interior são engendradas relações feiticizadas a todo o momento, por conseguinte, ocorrem os processos de desagregação, proletarização e diferenciação interna. Esse autor entende que, para se apreender a subsunção da economia camponesas ao capital, é necessário compreender a subordinação do trabalho ao capital, o qual comporta em seu interior outras formas de produção – pré-capitalistas e não-capitalistas – e a subordinação se efetivaria a partir de duas formas: a subsunção formal e a real do trabalho ao capital.

A atualidade do conceito de campesinato baseado nas contribuições de Teodor Shanin (1979 e 1983) e Klaas Woortmann (1990) foi lucidamente evidenciada por Marques (2008, p. 58), já que:

[...] enquanto o campo brasileiro tiver a marca da extrema desigualdade social e a figura do latifúndio se mantiver no centro do poder político e econômico - esteja ele associado ou não ao capital industrial e financeiro -, o campesinato permanece como conceito-chave para decifrar os

processos sociais e políticos que ocorrem neste espaço e suas contradições.

Assim, esse trabalho se enquadra no primeiro marco teórico, onde o modo de produção capitalista entendido como contraditório em seu processo de reprodução, produzirá igualmente as suas incoerências, dentre elas o trabalho familiar camponês. Nesse estudo o campesinato é compreendido como a classe social na qual a família, além de ser proprietária dos meios de produção, também assume o trabalho da estrutura produtiva, destinando a maior parte da sua produção para o consumo familiar. Considera-se assim, a agricultura (e pecuária) camponesa como o conjunto de formas de produção que se opõem ao latifúndio patronal estando majoritariamente estabelecida nos espaços desfavorecidos, *perplexos*, submetidos a uma exploração exagerada.

### **Debruçando a análise sobre o campesinato em seu *locus* original**

Segundo Bergamasco (2005), ainda há uma lacuna considerável no conhecimento da lógica camponesa brasileira em suas três dimensões:

(i) O cálculo econômico específico - uma forma de produzir camponesa (CHAYANOV, 1987; KUNZE, 2009);

(ii) O modo de vida - uma forma de vida social camponesa (OLIVEIRA, 2008; SHANIN, 2008) e

(iii) A *economia moral* - a cultura camponesa (WANDERLEY, 1995, 1999, 2003; THOMPSON, 1984; SCOTT, 1976). A questão central que se coloca, portanto, é o desenvolvimento de estudos que permitam a compreensão do funcionamento das unidades camponesas, de sua diversidade e de sua complexidade. Buscar, compreender como as mudanças gerais da sociedade brasileira interferiram no campesinato, projetando-o em direção a distinto espaço de reprodução e em consequência demandando dele transformações endógenas (Bergamasco, 2005).

Estudos sobre o funcionamento da dinâmica camponesa têm sido realizados dentro de assentamentos rurais e não em áreas originais camponesas. Sobre os primeiros, discorre-se particularmente sobre dois - um para a Região Sudeste e um para a Região Nordeste - por haverem trabalhado *lato sensu* estratégias de sustentabilidade e aspectos da Economia Moral Camponesa (RAMOS, SAMPAIO, 2007; SAMPAIO, LIMA, 2007). No Estado de São Paulo, com enfoque em Araraquara, Souza, Ferreira e Bergamasco (2008) analisaram o processo de uso e ocupação do solo e as dinâmicas relacionadas às moradias em dois assentamentos. Seus resultados indicam duas estratégias diferentes que se deram pela opção de diversificação da propriedade em um assentamento e pelo plantio de culturas voltadas ao autoconsumo no outro. Portanto, verificaram que as estratégias de uso e ocupação do solo adotadas foram diferentes e pautadas pelas perspectivas de mercado e mão-de-obra utilizada na produção principalmente. No Ceará, Vidal (2006) em um grupo de nove assentamentos rurais de reforma agrária, identificou os elementos dos sistemas agrários em funcionamento para discutir sua sustentabilidade. Os resultados relativos à dinâmica produtiva camponesa mostraram que a sustentabilidade dos assentamentos se baseava: (i) nas condições de preservação ambiental, que por sua vez dependiam do estímulo ao agro-silvo-pastoralismo com caprinos e da necessidade de créditos adequados e (ii) na diversificação dos sistemas produtivos - entendendo diversificação, como o conjunto das estratégias de diminuição dos riscos e vulnerabilidades inerentes às zonas desfavorecidas e frágeis - que era estimulada pelo funcionamento econômico e técnico dos organismos públicos ou privados de assessoramento presentes nos assentamentos.

Outros trabalhos, também realizados em assentamentos rurais de reforma agrária e majoritariamente com dados originais coletados *in situ*, têm desenvolvido aspectos específicos da dinâmica das famílias em diferentes áreas brasileiras, gerando um conhecimento sistemático e aprofundado que vêm sendo disponibilizado progressivamente. No Ceará, especificamente nos Sertões Centrais e dos Inhamuns, duas contribuições merecem destaque por abordarem aspectos da economia moral camponesa, a saber: Sampaio e Lima (2007) trabalharam o saber camponês na apropriação dos recursos no Sertão dos Inhamuns, CE, por intermédio de discussões com famílias camponesas do Assentamento Ingá/Facundo, localizado no Município de Parambu. Os autores situam o contexto histórico no qual o camponês está inserido, bem como suas práticas culturais e demonstram que as ações camponesas se expressam por meio de iniciativas de resistência ao sistema excludente imposto. Ademais, colocam que o estabelecimento da relação sociedade-natureza nesse assentamento, está fundamentado nas trajetórias de vida dos camponeses residentes, e exemplificam essa relação através das formas de lidar com a terra como caracterizadoras dos costumes dos parceiros e agregados ali residentes. Na mesma linha, Ramos e Sampaio (2007) identificaram no cotidiano de famílias do Assentamento Palmares, situado em Crateús, Sertões Centrais do Ceará, os vários modos de convivência e de apropriação da natureza no Semi-Árido, a saber: utilização dos recursos da caatinga, a cultura local em diferentes formas de expressão, as técnicas de armazenamento de sementes e da água da chuva, atividades de agricultura e pecuária, atividades não agrícolas, solidariedade dos amigos e parentes e os sonhos de vida.

Na seqüência serão relacionados, alguns estudos referentes somente ao Estado de São Paulo devido ao grande leque de abrangência temática e cronológica alcançado. Ciente se está da existência de um leque muito maior de contribuições, por isso, essa sistematização para o Estado de São Paulo, não pretende esgotar o assunto, mais sim apontar as principais tendências já trabalhadas. Assim, esforços sistemáticos e generosos de equipes de pesquisadores(as) da UNESP, UNICAMP e UNIARA, entre outras, têm focado questões em assentamentos rurais paulistas ligadas principalmente à historicidade (FERRANTE, WHITAKER, BARONE, 2004; ANTUNIASSI, 2003); conflitividade e negociação entre classes sociais (CHONCHOL, 2003; FERRANTE, 1984); poder local, inserção sociopolítica e criminalização (BARONE, 2004; FERNANDEZ *et al.*, 2003; FERRANTE, BARONE, 2003; BARONE, 1996; FERRANTE, 1984, 1986); reassentamentos (HESPANHOL, COSTA, SANTO, 2003); organização da produção (COSTA, BERGAMASCO, 2003); financiamento (JORGE, SOUZA, 2003; NORDER, 2003); comercialização (SANT'ANA *et al.*, 2003); diversidade sociológica e produtiva (MACIEL, 2004; WHITAKER, 2003); metodologia sobre captação da oralidade tradicional (WHITAKER, 2002); metodologia qualitativa para trabalho de campo (DUVAL, 2004); aspectos sanitários (BORGES, FABBRO, 2006) e educação (BASTOS, OLIVEIRA, 2004).

Tal avanço em riqueza documental sobre assentamentos rurais de reforma agrária para o Estado de São Paulo, que alberga tanto proposições teórico-conceituais, teórico-metodológicas, análises estrutural-econômicas, de funcionamento, bem como aproximações de natureza histórico-antropológico-cultural, não encontra paralelo para outra região do país, bem como para a agricultura camponesa em seu *locus* original, ou seja, que se mantém em seu lugar autóctone.

A profusão de experiências no âmbito dessa agricultura de assentamentos, demonstra que há elementos suficientes para distinguir e ponderar as análises para esse estado, tal como recentemente alguns autores vêm fazendo. Dentre esses, citam-se Carmo (2003) e Ferrante, Barone e Kuranaga (2006). Carmo (2003), desenvolveu estudo a partir de dados secundários sobre sustentabilidade em assentamentos rurais paulistas,

analisados em seu conjunto. Comparou rendas monetárias, rendimento de culturas vegetais, nível tecnológico e índice de utilização de insumos. Dentre suas conclusões, destaca-se que, mesmo sem técnicas apropriadas às suas condições, os assentamentos mostraram-se produtivos, embora com menores rendimentos quando comparados às médias paulista e brasileira, mas capazes de absorver tecnologia, e com inserção econômica que impacta positivamente seu meio circundante. Também para assentamentos paulistas, tomados em seu todo, Ferrante, Barone e Kuranaga (2006) analisaram para um período de 20 anos sua perspectiva econômica junto às questões da organização interna, mobilização, participação política, agricultura tradicional e meio ambiente. Apontam principalmente que: (i) apesar da prática inexistência da participação do Estado, as famílias assentadas acabaram cumprindo uma função econômica alternativa mesmo que em associação com o complexo sucro-alcooleiro e (ii) a proposta da agricultura orgânica que não se fez realidade em larga escala ainda, o que não impediu o reconhecimento de que foi iniciativa dos assentamentos de reforma agrária propô-la para uso massivo.

Considerando que o termo assentamento encontra-se relacionado a um espaço no qual determinada população *ainda será instalada*, já que nele não estava previamente (BERGAMASCO, PAMARD, CHONCHOL, 1997), se desprende que, por maior antiguidade que cheguem a possuir determinados assentamentos, os mesmos representam uma nova instalação, uma nova *instauratione*, evidenciando um prévio desenraizamento, ou, se preferir *desencaixamento* organizacional. Como já está bem estabelecido na literatura especializada, esses seres humanos, sob os impactos da modernização capitalista no campo, foram expulsos de suas terras, de seu *habitat* (CHONCHOL, 2003).

Gaston Bachelard (1993) ao tratar de um lugar, fala da casa, diferenciando o lugar de outros espaços, dizendo que o lugar é o “meu canto”. Assim, sem o sentimento de identidade, um espaço não é *meu canto* e, conseqüentemente, não é lugar. As conquistas sociais inquestionáveis nos assentamentos rurais de reforma agrária no Brasil, estão permitindo que essas famílias, de origem camponesa em sua maioria (KARRIEM, 2009), sobrepujem o *desencaixamento* inicial, fazendo de seus novo habitat, seu novo lugar.

Poucos estudos recentes se aproximam da dinâmica camponesa *per se*, e não da agricultura familiar, trabalhada em seu *lugar*, em sua *raiz* campesina e ademais, a partir de dados empíricos originais. Dentre aqueles, ressalta-se André (2008) em região amazônica e Picolotto e Diesel (2006) no sul do Brasil, devido às grandes divergências geográficas. O primeiro demonstrou através de 38 variáveis socioeconômicas originais captadas junto às comunidades em seus locais de fundação, que a produção de origem camponesa logrou participação relevante no espaço e no tempo, contribuindo positivamente para o processo de desenvolvimento socioeconômico na mesorregião amazônica, especificamente nos Municípios de Abaetetuba, Capanema e Bragança.

Na Região do Alto Uruguai, Rio Grande do Sul, Picolotto e Diesel (2006), identificaram, descreveram e analisaram a trajetória das identidades coletivas e os projetos criados ou adotados por famílias camponesas em seus locais ancestrais de origem. Desvendaram com apoio de trabalho de campo, que existiam diferenças substanciais na identidade, projeto e estratégias da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul e da Via Campesina, sendo que a última evidencia que é necessária a mudança dos princípios organizadores da economia.

Aproximações à dinâmica de funcionamento (no sentido *latu sensu*) de unidades camponesas originais, ou seja, que se mantêm em *seu canto*, da Região dos Inhamuns, Sertões Semi-Áridos do Estado do Ceará foram realizadas por pouquíssimos autores até o momento, evidenciando-se ainda muito incipiente esse conhecimento e constituindo-se,

portanto em fértil e desafiante campo de pesquisa. No período de 1986 a 1991, o ESPLAR (Centro de Pesquisa e Assessoria), especializado em semi-árido, em parceria com a AS-PTA (Assessoria e Projetos em Agricultura Alternativa) desenvolveram em Tauá (CE), um plano de desenvolvimento agroecológico (WEID, 1993), direcionado para a introdução de algodão orgânico. O plano abarcou 20 comunidades rurais, das 40 previamente contatadas e treinadas inicialmente. Apesar das três dificuldades maiores que enfrentou o plano para sua execução e estabilização (1- apenas 25% dos fundos aprovados foram efetivamente disponibilizados, 2 - a região enfrentou a pior seca dos últimos 30 anos e 3 - não se conseguiu multiplicar adequadamente as sementes de algodão), a proposta de treinamento de agricultores e agricultoras nas práticas de conhecimento sobre algodão orgânico foi realizada parcialmente e assentou as bases para o trabalho agroecológico futuro. Esse processo junto às comunidades rurais permitiu ademais a Weid (1993) identificar os três maiores problemas que enfrentavam as famílias camponesas: (a) crescimento da irregularidade de chuvas ao longo do ano, (b) desaparecimento do algodão devido às infestações de insetos e (c) o incremento da fragmentação das pequenas unidades de produção rural devido ao aumento da população e da concentração de terra em mãos de poucos fazendeiros. Anos mais tarde, pesquisadores da Universidade Federal do Ceará, realizaram uma análise da sustentabilidade da produção do algodão orgânico nesse município evidenciando que o indicador ambiental utilizado apresentou um alto desempenho, enquanto os indicadores econômico e social situaram-se em baixos níveis. Concluem que o Índice de Desenvolvimento Sustentável apontou para um nível médio de sustentabilidade da cultura do algodão orgânico em Tauá (PEREIRA *et al.*, 2001).

Tourrand, Caron e Bonnal (1993), no âmbito do Centro de Cooperação Internacional em Pesquisa Agrônômica para o Desenvolvimento (CIRAD) e em parceria com o Centro de Pesquisa em Caprinos Tropicais da Embrapa - denominação da época - avaliou 200 famílias rurais do Município de Tauá, cuja disponibilidade de terra era inferior a 200 hectares. Ao analisar o nível e estrutura do capital, mão de obra e renda, o autor sistematizou seis tipos de famílias, das quais, as dos tipos 1, 2 e 3 enquadravam-se como camponesas, a saber: 1) Famílias Produtoras Sem Terra e Minifundiárias: com menos de 10 hectares, agricultura de sequeiro, parceria e aluguel de parte da força de trabalho; 2) Famílias de Aposentados: baixo capital próprio e com renda do Estado e 3) Famílias de Pequenos Produtores: com 20 a 50 hectares, agricultura de sequeiro predominante, com ovinos e que também alugavam força de trabalho. Os três tipos restantes, inseriam-se já, naquele momento e em diferentes níveis, na dinâmica do capital comercial: 4) Famílias de Pequenos Produtores que utilizavam irrigação: agricultura em terras de vazantes ou irrigação artificial, diversificação da produção, 5) Agropecuaristas: média de 117 hectares, agricultura de vazante e irrigada, venda predominante de animais e 6) Produtores de Leite: com mais de 30 bovinos por unidade e venda predominante de laticínios (TOURRAND, CARON, BONNAL, 1993). Dez anos mais tarde, Bach, Mayorga e Zeddies (2003), no âmbito do Projeto WAVES (Water Availability and Vulnerability of Ecosystems and Society in the Semiarid Northeast of Brazil - realizado em parceria entre CNPq, Ministério Alemão de Educação e Pesquisa) analisaram economicamente dez unidades camponesas no Município de Tauá por intermédio de dados do período de 1995-1998. Relacionaram seus resultados econômicos às limitações ecológicas e sociais na produção agropecuária e também às influências do tipo de funcionamento e da relação entre os fatores produtivos. Evidenciaram que as diferenças na contribuição das produções agrícola e animal à renda bruta, estão baseadas primariamente nas distintas produtividades físicas dos cultivos e dos sistemas de produção animal; isto é, grandes fazendas com melhores condições em termos de recursos hídricos e fertilidade de solo, podem normalmente resistir melhor a um declínio de produção quando comparadas às

fazendas pequenas e situadas em locais marginais. Inclusive, se houver uma falência total na produção de cultivos vegetais comerciais durante um período de seca, existirá somente para a fazenda grande, a possibilidade de compensação da perda de renda pela produção animal devido à sua melhor base forrageira. Considerando que no Estado do Ceará, o Módulo Fiscal médio é de 48,51 hectares, sob o ponto de vista da distribuição dos imóveis rurais por categoria, os minifúndios representam 74,2% do total de imóveis rurais e as grandes propriedades ou latifúndios constituem tão somente, 1,4% do total (CARDIM, VIEIRA, VIEGAS, 2007). Portanto, a maior parte das unidades familiares cearenses, camponesas ou não, e situadas ou não no Sertão dos Inhamuns, apresenta grande vulnerabilidade socioeconômica, já que são muito pequenas do ponto de vista fundiário.

Mayorga *et al.*, (2004) estudaram as Comunidades Rurais de Sítio Lagoa e Lustal, no Município de Tauá sob o ponto de vista da estrutura dos capitais social e físico apontando para a relevância dos mesmos nos níveis de vulnerabilidade. Dentre suas conclusões, destaca-se a referente à Comunidade de Lustal - na qual estão inclusas as de Lustal I e a de Lustal II, no entanto, diferenciadas no presente estudo - onde a mesma aparece como a mais bem dotada de capital social e capital físico e portanto, apresenta-se como menos vulnerável que Sítio Lagoa. Araújo *et al.*, (2008), no âmbito da Embrapa Agroindústria Tropical de Fortaleza, realizaram estudo socioeconômico sobre famílias rurais produtoras nas Comunidades Rurais do Junco, Tiassol e Taperá, Município de Tauá, Ce. Esses autores, abordaram a questão socioeconômica entendendo todas as unidades familiares como camponesas, no entanto, não trabalharam níveis de mecanização e assalariamento. Apontam fundamentalmente que a atividade pecuária leiteira predomina naquelas unidades, e seus membros trabalham na produção de queijo como fonte de renda principal. Ademais, afirmam os autores, que as famílias realizam subsidiariamente a venda de hortaliças, carne de ovino, caprino e bovino, além da agropecuária de subsistência. Finalmente relatam que a venda do trabalho braçal se destaca apenas na Comunidade da Taperá.

Desprende-se dos trabalhos realizados pelos autores precedentes - todos situados na região alvo do presente estudo - que há uma convergência analítica ao longo desses 15 anos (de 1993 a 2008) relativa a evidencição de três eixos limitativos para a produção camponesa: (i) ausência de financiamentos completos e desvinculados da realidade endógena; (ii) constância de oferta e imposição de tecnologias não adequadas às áreas desfavorecidas e (iii) condicionamento produtivo para cultivos monoativos comerciais. Exatamente por essas tendências sinalizadoras de uma possível falência dos sistemas (re)produtivos camponeses, faz-se imperativo o conhecimento do cálculo econômico camponês, de seu modo de vida social e de sua economia moral, ou seja, compreender para fortalecer o "fazer-se camponês" (SAMPAIO, LIMA, 2007).

Nesse contexto, objetiva-se iniciar a compreensão da dinâmica camponesa em espaços ainda não subjugados pela lógica do modo de produção capitalista, ou parcialmente subjugados, pois a apesar de estar inserido nesse modo de produção, hipotetiza-se que as relações sociais de produção não são as mesmas que as dos locais onde o meio técnico-científico-informacional se geografizou (SANTOS, 1994). Esse estudo, incluído em uma pesquisa mais ampla sobre caracterização e proposta de restauração do campesinato cearense inserido no Semi-Árido, teve por objetivo analisar os impactos provocados por determinados componentes do padrão tecnológico adotado pela agricultura brasileira, sobre as relações sociais de produção em Comunidades Rurais do Distrito do Baixo Trici, localizado no Município de Tauá, CE. Especificamente, objetivou-se diferenciá-las no tocante à composição e produtividade do fator trabalho e do nível de mecanização presente. Assim, procura-se avançar na percepção das possíveis diferenciações existentes dentro de um microcosmo, no caso Unidades Familiares de

distrito rural, incluído no âmbito do semi-árido sertanejo do Ceará, destacando-se hipotética existência de *focos de resistência a mudanças* (ARAÚJO, 2000b).

## Desenvolvimento

### Aspectos metodológicos

O estudo foi desenvolvido em seis comunidades rurais do Distrito do Baixo Trici, situado no Município de Tauá, Ce, escolhido devido às suas características climatológicas de semi-árido e socioeconômicas de área desfavorecida.

O Município de Tauá, distante 320 quilômetros da capital cearense, possui uma área de 4.018,19 km<sup>2</sup>, sendo o maior do Estado do Ceará. Sua população é estimada em 51.948 habitantes, dos quais 48,56% residem na área rural. Predomina o Clima Tropical Quente Semi-Árido, com precipitação pluviométrica anual na medida de 652,1 mm. distribuídas em quatro meses do ano e temperatura média anual de 27°C (ARAÚJO *et al.*, 2008). A vegetação predominante na região é a Caatinga Hiperxerófila, que se apresenta predominantemente arbustiva, menos densa, com indivíduos de porte baixo, espinhentos e cujas folhas na época de seca caem completamente (SOUSA *et al.*, 2005).

O município apresenta Índice de Desenvolvimento Humano de 0,665, portanto inferior à média do Estado do Ceará (0,723) e da Região Nordeste (0,720) (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2008). Seu PIB alcançou R\$ 80.568.000,00 (IBGE, 2004), o que representou apenas R\$ 1.542,00 *per capita* (IBGE, 2004; IPECE, 2005), tendo sua principal componente proveniente da agropecuária (22,00%). Na agricultura destacam-se as culturas de milho, feijão, mandioca e hortaliças, enquanto na pecuária o seguimento bovino leiteiro sempre foi o mais importante, seguido pela ovinocultura. Esses dois últimos segmentos, em geral, estão presentes nas propriedades familiares camponesas ou não (ARAÚJO *et al.*, 2008).

As Unidades Familiares (UF) sob estudo são todas as participantes do Projeto de Pesquisa e Extensão "*Autosustentação econômico-social de comunidades rurais através de cabras leiteiras naturalizadas em região semi-árida dos Inhamuns, Ceará*", constituindo portanto uma amostra estratificada não aleatória. As famílias foram entrevistadas *in situ* por intermédio de aplicação de questionário relativo a aspectos de produção e reprodução social, totalizando-se 96 unidades familiares estudadas. O total de Unidades Familiares residentes nas seis comunidades sob estudo ascende a 305, portanto, o presente estudo abrange 31,47% das famílias. A distribuição absoluta da amostra e sua correspondente porcentagem nas comunidades são expostas na Tabela 1:

Tabela 1 - Distribuição de Unidades Familiares Residentes, Unidades Familiares Estudadas em números absolutos e em porcentagem para cada uma das comunidades sob analisadas.

Comunidade (denominação)	Unidades Familiares Residentes (número)	Unidades Familiares Estudadas (número)	Amostragem (porcentagem)
Junco	80	22	27,5
Lustal I	60	19	31,67
Lustal II	50	8	16,00
Queimadas	32	10	31,25
Tapera	53	22	41,5
Tiassol	30	15	50,00
Total	305	96	31,47

Fonte: Dados originais de pesquisa, 2007

Esse projeto obteve financiamento do CNPq (Edital 19/2005) e está sendo desenvolvido pelo Laboratório de Estudos em Sistemas Semi-Áridos (LESISA - Faculdade de Veterinária) da Universidade Estadual do Ceará.

No presente estudo realizou-se análise referente a determinados componentes do padrão tecnológico brasileiro apreendido, parcialmente aqui através de: (i) variáveis da categoria trabalho em relação ao grau de mecanização e em relação à disponibilidade de terra e (ii) mecanização e respectivo índice, padronizados pelo INCRA (1997).

Considerando que o campesinato possui uma organização da produção baseada no trabalho familiar e no uso como valor, nesse estudo entende-se trabalho como trabalho concreto, o *valor de uso*, ou seja:

No processo de trabalho a atividade do ser humano efetua-se, mediante o meio de trabalho, uma transformação do objeto de trabalho, pretendida desde o princípio. O processo extingue-se no produto. Seu produto é um valor de uso; uma matéria natural adaptada às necessidades humanas mediante transformação da forma. O trabalho se uniu com seu objetivo. O trabalhado está objetivado e o objeto trabalhado (MARX, 1988, p. 151).

Assim, as variáveis sobre o fator trabalho analisadas, são as relativas à composição das Unidades Familiares sob estudo e incorporam o conceito previamente definido. Especificamente são seis e foram organizadas segundo Antonello (2002):

(i) **Ocupados internos** (em número e porcentagem): calcula-se em relação ao número de membros produtivos, pois por membros produtivos entendem-se os ocupados internos, ocupados externos, os que estudam e os que apenas permanecem com sua força de trabalho latente;

(ii) **Ocupados internos assalariados** (em número e porcentagem): inclui trabalhadores temporários e permanentes;

(iii) **Ocupados total** (em número): calcula-se pela somatória dos ocupados internos e dos ocupados internos assalariados não familiares;

(iv) **Membros produtivos**: O critério utilizado para transformar os membros da família para Unidade de Força de Trabalho (UT) foi realizado a partir da observação direta em campo, considerando os filhos com idade entre 7 a 14 anos equivalentes à meia unidade de trabalho, pois via de regra trabalham um turno, visto que no outro freqüentam

a escola e os maiores de 14 anos (ambos os sexos) como uma unidade de trabalho (em unidade de força de trabalho);

(v) **Membros consumidores:** O critério utilizado para transformar os membros da família em Unidade de Consumo (UC) baseou-se em: os com idade até 7 anos correspondem à meia unidade de consumo e os com idade superior correspondem a uma unidade de consumo (em número total e porcentagem de jovens no total). Por jovens consumidores entendem-se crianças até 7 anos e jovens de 8 a 14 anos;

(vi) **Relação consumidor/trabalhador (UC/UT).**

Assim mesmo, a composição das unidades familiares foi estruturada de acordo com Antonello (2002) utilizando-se a faixa etária dos titulares dividida em cinco estratos de dimensão com sua respectiva distribuição porcentual para cada grupo de unidades familiares por comunidade (Tabela 3).

Em relação à mecanização, foram calculados de acordo com Schlosser *et al.* (2004) os índices médios (Índice de Mecanização - IM) por comunidade (na unidade de: kilowatt/hectares, ou kW/ha) baseados na potência disponível, resultante da soma da potência de todas as máquinas presentes nas respectivas UFs em relação às Superfícies Agrárias Úteis mecanizadas disponíveis (Tabela 4). Observe-se que nem todas as UFs possuíam mecanização de qualquer natureza, ou seja, nenhum tipo de maquinaria utilizada em atividades agrícolas e/ou pecuárias se fazia presente, portanto as Superfícies Agrárias Úteis correspondentes a essas UFs não mecanizadas não foram consideradas nos cálculos correspondentes. Para a estratificação das UFs, importante ferramenta no conhecimento do índice de mecanização em função as variações de escala, foi aplicado o método de regressão logarítmica descrito por Scheaffer, Mendehall III e Ott (1996).

Finalmente, foram calculadas as seguintes medidas médias de dimensionamento dos grupos de famílias para cada comunidade: (a) terras próprias (em porcentagem), (b) porcentagens de terras arrendadas (em porcentagem), (c) produtividade do trabalho em relação à terra dos ocupados internos e totais (hectares de SAU total por número de pessoas que a trabalham) (d) Superfície Agrária Útil - SAU, entendida como as terras passíveis de serem trabalhadas ou exploradas pela família produtora, não importando se próprias, arrendadas ou sob qualquer outra condição legal. A mesma foi calculada subtraindo-se, da área total da UF, as áreas que não se incluem no conceito conforme segue: áreas com matas plantadas e/ou nativas, áreas inaproveitáveis, áreas com construções e/ou benfeitorias e áreas com estradas (CARVALHO *et al.*, 2001). Acrescente-se que a SAU total engloba as áreas mecanizadas e as não mecanizadas.

## Resultados e Discussão

Resultados detalhados sobre a composição do fator trabalho para cada grupo de Unidades Familiares em cada uma das Comunidades Rurais são apresentados inicialmente devido às suas múltiplas derivações. Na seqüência, é realizada uma análise interpolada entre a composição do fator trabalho, nível de mecanização, disponibilidade de superfícies e produtividade do trabalho em relação à terra, permitindo a observação das principais tendências relativas ao padrão tecnológico nas unidades familiares inseridas nas respectivas comunidades sob estudo.

## Famílias da Comunidade Rural do Junco

Nesse trabalho, no referente à composição da família camponesa na Comunidade de Junco, notou-se que em 50% dos casos, as mesmas se caracterizavam pela idade avançada de seus titulares, os quais encontram-se nas faixas etárias superiores a 51 anos (Tabela 3). Esse fato evidencia a consumição da força de trabalho dos membros produtivos em quase sua totalidade, pois 87,43% são ocupados intra-unidade de produção (Tabela 2). Contrastando com esse fato, os outros 50% não possuem a força de trabalho necessária à manutenção da unidade de produção, devido à jovem prole dos titulares, pois esses últimos encontram-se na faixa etária de até 50 anos (Tabela 3). Em consequência, empregam mão-de-obra assalariada, temporária ou permanente, para suprir a carência da força de trabalho interna na unidade de produção (13,27%) (Tabela 2). Considerando que nessa comunidade, praticamente toda a força de trabalho disponível está alocada nas respectivas unidades de produção, a relação entre consumidor e membros produtivos, é naturalmente, baixa (1,04 UC/UT) (Tabela 2). Os resultados de Araújo *et al.*, (2008) relativos à que 100% da mão-de-obra dessa comunidade é consumida intra-unidade são corroborados pelo presente estudo, no entanto, em termos de média geral para a idade dos 80 titulares que compõem essa comunidade, aqueles autores encontraram a média de 46,3 anos, o que é explicado pelo fato de a haverem calculado para as oitenta famílias residentes na comunidade.

Tabela 2 – Porcentagens por Faixa Etária dos Titulares de Famílias nas Unidades Familiares das comunidades rurais sob estudo no Distrito do Baixo Trici

<b>Grupos de Idade (anos)</b>	<b>Junco (%)</b>	<b>Lustal I (%)</b>	<b>Lustal II (%)</b>	<b>Queimadas (%)</b>	<b>Tapera (%)</b>	<b>Tiassol (%)</b>
21 a 30	9,09	36,84	25,00	10,00	19,05	14,29
31 a 40	9,09	26,32	-	20,00	14,29	7,14
41 a 50	31,82	21,05	37,50	40,00	33,33	14,29
51 a 60	27,27	5,26	25,00	20,00	23,81	14,29
> 60	22,73	10,53	12,50	10,00	9,52	50,00

Fonte: Trabalho de campo, 2007

### Famílias da Comunidade Rural de Lustal I

Observou-se nessa comunidade a presença majoritária de famílias que possuem ciclo existencial recente; ou seja, 84,21% desses titulares encontram-se na faixa etária de até 50 anos (Tabela 3). Os membros produtivos dessa comunidade compõem-se, proeminentemente, por jovens em idade escolar - incluindo crianças (24,79%) (Tabela 2), evidenciando assim, a baixa força de trabalho adulta intra-unidade camponesa. Esse fato ressalta a utilização da força de trabalho dos membros produtivos em quase sua totalidade (89,58%), assim como a segunda maior utilização de mão-de-obra assalariada (31,25%), temporária ou permanente, para prover a carência de força trabalho necessário à manutenção da unidade (Tabela 2). Portanto, pode ser observada a relevante associação entre a presença de assalariados e a alta porcentagem de terras arrendadas,

que compreende 32,12% das famílias (Tabela 4), bem como o mais elevado índice entre consumidores e produtores: 1,26 UC/UT (Tabela 2).

Tabela 3 – Porcentagens por Faixa Etária dos Titulares de Famílias nas comunidades rurais sob estudo no Distrito do Baixo Trici

<b>Grupos de Idade (anos)</b>	<b>Junco (%)</b>	<b>Lustal (%)</b>	<b>Lustal (%)</b>	<b>Queimadas (%)</b>	<b>Tapera (%)</b>	<b>Tiassol (%)</b>
21 a 30	9,09	36,84	25,00	10,00	19,05	14,29
31 a 40	9,09	26,32	-	20,00	14,29	7,14
41 a 50	31,82	21,05	37,50	40,00	33,33	14,29
51 a 60	27,27	5,26	25,00	20,00	23,81	14,29
> 60	22,73	10,53	12,50	10,00	9,52	50,00

Fonte: Trabalho de campo, 2007

### **Famílias da Comunidade Rural de Lustal II**

Constatou-se que 62,50% dos titulares das unidades familiares, encontram-se na faixa etária de até 50 anos de idade (Tabela 3).

Concernente aos membros produtivos, foi observado que 69,57% desses estão ocupados intra-unidade e a incidência de crianças em idade escolar (29,09%) é relevante. Isso evidencia a pequena força de trabalho disponível para a unidade familiar e também aponta para o alto peso dos membros consumidores sobre os produtivos: 1,20 UC/UT (Tabela 2). Conseqüentemente, a família tende a empregar mão-de-obra assalariada (37,04%), temporária ou permanente, para prover a ausência da força de trabalho necessária para a manutenção da unidade de produção (Tabela 2).

### **Famílias da Comunidade Rural de Queimadas**

Referente a essa comunidade constatou-se, que 70% dos titulares encontram-se, majoritariamente, na faixa etária de até 50 anos de idade (Tabela 3).

Em relação aos membros produtivos, foi observado que 83,87% deles estão ocupados intra-unidade (Tabela 2). Apesar dessa comunidade alocar praticamente toda a força de trabalho disponível nas respectivas unidades de produção, a relação entre consumidor e membros produtivos, não foi baixa, como ocorreu em Junco; pois a incidência de crianças em idade escolar evidenciou-se relevante (28,77%), apontando assim, para o alto peso dos membros consumidores sobre os produtivos: 1,18 UC/UT (Tabela 2). Além disso, constatou-se a segunda menor porcentagem de terras arrendadas (14,80%), assim como a menor evidência de força de trabalho assalariado (12,50%). Portanto, pode ser observada a relevante associação entre a baixa presença de assalariados e a alta porcentagem de terras próprias, que compreende 85,20% das famílias (Tabelas 2 e 4).

### **Famílias da Comunidade Rural de Tapera**

Foi observada a presença relevante de famílias que possuem ciclo existencial recente; isto é, 66,67% desses titulares encontram-se na faixa etária de até 50 anos (Tabela 3). Esse resultado é consistente com os de Araújo *et al.*, (2008) que apresentam a média de idade para os 53 titulares dessa comunidade correspondente a 46,3 anos.

Em relação aos membros produtivos, foi observado que 88,66% deles encontram-se ocupados intra-unidade e a incidência de crianças em idade escolar (24,12%) é relevante (Tabela 2). Isso evidencia a pequena força de trabalho disponível para a unidade e também aponta para o alto peso dos membros consumidores sobre os produtivos: 1,17 UC/UT. Apesar disso, as famílias não tenderam a empregar força de trabalho assalariada (Tabela 2). Araújo *et al.*, (2008) ao analisarem a mão-de-obra de todas as famílias produtoras dessa comunidade, verificaram que ocorre venda da força de trabalho, destacando que o mesmo é direcionado para atividades "braçais". Portanto, em Tapera, 41,5% das UFs analisadas nesse trabalho (Tabela 1) apresentam sua força de trabalho absorvida internamente e nas restantes UFs, no mercado de trabalho (ANTONELLO, 2002).

### **Famílias da Comunidade Rural de Tiassol**

Em termos de média geral para a idade dos 30 titulares que compõem essa comunidade, Araújo *et al.*, (2008), encontraram a média de 45 anos. No presente trabalho, como 50% dos titulares são estudados, deduz-se que inseridos nas medidas de dispersão. Assim, relativo à composição da família nessa comunidade, notou-se que em 64,29% dos casos, as mesmas se caracterizavam pela idade avançada de seus titulares, os quais encontram-se nas faixas etárias superiores a 51 anos de idade (Tabela 3). No entanto, a percentualidade dos titulares acima dos 60 anos, foi evidenciada de modo mais relevante, pois esse estrato, exclusivamente compreendeu 50% dos entrevistados (Tabela 3). Esse fato evidenciou a consumo da força de trabalho dos membros produtivos em quase sua totalidade, constituindo-se em 80,36% dos ocupados intra-unidade de produção (Tabela 2). Em conseqüência, empregam mão-de-obra assalariada, temporária ou permanente, para suprir a carência da força de trabalho interna na unidade (30,26%) (Tabela 2). A consumo da força de trabalho dos membros produtivos realizada em quase sua totalidade na unidade produtiva corrobora os achados de Araújo *et al.* (2008), que evidenciam o percentual de 95% da mão-de-obra disponível alocada na UF.

Considerando que as famílias alocam praticamente toda a força de trabalho disponível nas respectivas unidades de produção, associado à pequena porcentagem de jovens em idade escolar (7,26%), a relação entre membros consumidores e produtivos apresentou-se baixa (1,11 UC/UT) (Tabela 2).

### **Análise interpolada sobre as Unidades Familiares nas respectivas comunidades**

Na seqüência são apresentados os resultados interpolados entre os seis grupos de unidades familiares das respectivas comunidades, relativos à composição do fator trabalho, mecanização e relações entre fatores.

No que concerne aos membros produtivos, notou-se que a maioria das UFs das comunidades (Lustal I e II, Queimadas e Tapera) são compostas, proeminentemente, por jovens em idade escolar, incluindo crianças; o que permite assinalar inicialmente (i) a potencialidade da mobilização da força de trabalho local dessas famílias e (ii) o alto peso dos membros consumidores sobre os produtivos. A primeira característica, ou seja, a

importante presença de jovens em idade escolar, indica a hipótese da continuidade dessas UFs, conforme apontado por Altieri e Nicholls (2002) sobre a necessidade da mobilização da força de trabalho da população camponesa como um dos mecanismos para a utilização máxima das energias locais. Contudo, nas UFs das comunidades restantes, foi observado comportamento diferente: em Junco a presença de jovens em idade escolar é irrelevante, assim como em Tiassol; logo, a relação entre os membros consumidores e produtivos é baixa. Porém, todas as UFs das comunidades sob estudo, alocam os seus respectivos membros produtivos, em quase sua totalidade, nas unidades de produção (Tabela 2).

O advento da mecanização e dos modernos insumos afetou diretamente a dinâmica camponesa, promovendo intensas transformações ao nível de suas relações sociais de produção, gerando novas formas de gestão do trabalho (THOMAZ JÚNIOR, 2000) e condicionando a produção dessa classe social ao paradigma da produtividade, que por sua vez, pressupõe a padronização dos processos produtivos; em outras palavras, como adverte Paulino (2008, p.207), *o apelo da racionalidade técnica como sinônimo de eficiência se impôs*. Deste modo, segundo Silva *et al.* (1983), o progresso técnico-científico incorporado à produção camponesa, encontra-se diretamente associado à divisão interna do trabalho familiar ou à força de trabalho sazonalmente contratada. Aspectos dessa racionalidade técnica podem ser observados em algumas das Unidades Familiares das comunidades sob estudo através dos resultados médios obtidos. A presença da força de trabalho assalariado, predominantemente sazonal, foi constatada em todas as UFs das comunidades rurais sob estudo do Distrito do Baixo Trici, excetuando-se as de Tapera. Dentre aquelas, as UFs de Lustal II apresentaram a maior porcentagem de assalariados empregados no processo produtivo, seguidas de Lustal I e Tiassol: 37,04%, 31,25% e 30,26% respectivamente (Tabela 2). Observa-se assim que, as UFs da Tapera se constituem nas de menores transformações internas sofridas no trabalho familiar e as UFs de Lustal II nas que as sofreram em maior medida.

Antonello (2002) sublinha a importância da propriedade da terra como fator preponderante na não dissipação de unidade de produção camponesa:

Entrementes, sob a estrutura fundiária sedimentada, a mesma é vista como uma forma de liberdade; contudo, sua ausência não significa a não presença da produção camponesa, que pode ser conseguida e mantida a partir de relações não especificamente capitalistas, o que possibilita a manutenção do grupo familiar [...] Entretanto, começa a ruir com o envelhecimento do chefe da família [...] (ANTONELLO, 2002, p. 50).

A utilização da terra através do arrendamento foi constatada em todas as UFs das comunidades sob estudo. No entanto, dentre todas elas, as UFs de Lustal I apresentaram em média a maior porcentagem (32,12%), seguida da de Junco (31,92%). As restantes arrendam, comparativamente, baixas porcentagens de terra (Tabela 4). Ora, no referente às faixas etárias, foi observado que na maioria das UFs (Comunidades de Lustal I e II, Queimadas e Tapera), os titulares (n=59) possuíam idade média de até 50 anos e nas restantes, observou-se uma tendência diferente: em Tiassol a maioria dos titulares possuía mais de 51 anos de idade e no Junco houve igualdade na distribuição das porcentagens em grupos de mais velhos (Tabela 3). Assim, no presente estudo, se observa que, das duas comunidades com menores disponibilidades de terra própria, Lustal I (67,88%) e Junco (68,08%), apenas na segunda as maiores porcentagens de titulares se enquadram em grupos de idade mais avançada, convergindo com os resultados apresentados por Antonello (2002) para o grupo de unidades camponesas litorâneas de Sergipe, e caracterizando assim, as UFs do Junco, como as camponesas

mais tradicionais. No caso de Lustal I, outros mecanismos concorrem para sua caracterização atípica, sendo os mesmos apresentados mais adiante.

Tabela 4 – Medidas médias de dimensionamento e mecanização nas Unidades Familiares das comunidades rurais sob estudo

Comunidades	Terras	Terras	SAU	SAU	Mecanização	Índice de	Produtividade do Trabalho	
	Próprias (%)	Arrendadas (%)	Total <sup>1</sup> (ha)	Mecanizada <sup>1</sup> (ha)	(kW)	Mecanização (kW/haSAU) <sup>2</sup>	Ocupados Internos (ha/n <sup>o</sup> )	Ocupados Totais (ha/n <sup>o</sup> )
Junco	68,08	31,92	4,59	5,37	106,43	77,88	2,63	1,55
Lustal I	67,88	32,12	7,39	12,28	72,72	7,49	8,97	7,29
Lustal II	90,99	9,01	5,75	5,75	105,63	29,24	0,71	0,69
Queimadas	85,20	14,8	10,95	12,67	3,67	0,27	1,58	1,29
Tapera	97,81	2,19	6,13	4,89	12	3,07	2,50	1,68
Tiassol	76,64	23,36	29,60	36,49	165,63	6,46	34,21	20,27

Fonte: Dados originais de pesquisa, 2007

<sup>1</sup>O resultado do cálculo para a SAU total supôs médias menores em relação aos resultados do cálculo para a SAU média mecanizada em quatro comunidades, a saber: Junco, Lustal I, Queimadas e Tiassol. Esse fato decorre da existência natural de um número maior de UFs no cálculo da SAU total por comunidade; portanto ao extrair-se a média de todas as UFs por comunidade, foram computadas naturalmente as maiores e as menores SAUs, o que implicou na tendência acima apontada. Veja-se por exemplo: no Junco, para o cálculo da SAU total, computaram-se todas as 22 medidas de superfície de suas respectivas UFs. Ao realizar-se a média da soma dessas medidas obteve-se valor inferior, pois o número de UFs com valores de SAU pequenas era superior. No entanto, na SAU mecanizada, como o número de UFs é menor (n=15) e suas respectivas medidas de SAU maiores, o valor da média da soma das SAUs também foi maior.

Ainda podem ser observados os mesmos valores de SAU total e SAU mecanizada para a Comunidade de Lustal II. Isso se deve ao fato de que todas as suas UFs encontravam-se mecanizadas, portanto, para ambos cálculos das respectivas SAUs médias utilizaram-se os mesmos dados oriundos das oito UFs componentes dessa comunidade.

Já em Tapera ocorreu o inverso das Comunidades de Junco, Lustal I, Queimadas e Tiassol, ou seja, o número de UFs mecanizadas com valores de SAU mais elevados correspondeu a apenas 1 UF, já que as outras 8 possuíam SAU muito baixa. Assim, a média da SAU mecanizada resultou em um valor inferior ao da SAU total (que incluía as outras UFs com SAU mais elevadas).

<sup>2</sup>kW/haSAU=Cavalo a Vapor por hectare de Superfície Agrária Útil

Em complementação, pode ser observado o comportamento das variáveis *terras próprias e assalariamento*: ao serem analisadas conjuntamente em cada comunidade, foi possível observar a existência de relações proporcionais entre Junco, Lustal II e Tiassol, e relações inversas entre Lustal I, Queimadas e Tapera. Assim, em Junco, Lustal II e Tiassol foi observado que, as disponibilidades médias dos fatores terra própria e trabalho assalariado, apresentam comportamentos similares. Quando o fator terra encontra-se com baixa, intermediária ou alta disponibilidade, o fator trabalho assalariado segue a mesma tendência. Já nas comunidades restantes, ocorre o fenômeno inverso, ou seja, em Lustal I, Queimadas e Tapera, as disponibilidades baixa, intermediária e alta do fator terra, vão corresponder ao inverso na tendência do fator trabalho assalariado (Tabelas 2 e 4). Portanto, os resultados referentes ao comportamento das Unidades Familiares das Comunidades do Junco e da Tapera obedecem às tendências clássicas apontadas por Oliveira (1995) e Martins (1990) quanto à dialética entre a expansão do trabalho assalariado e a reprodução das relações camponesas.

Notou-se que a maioria das UFs (Comunidades de Lustal I, Queimadas, Tapera e Tiassol) apresentaram baixo índice médio de mecanização, em virtude de alguns fatores: média de cavalos vapor reduzida associada a uma considerável SAU, bem como, uma expressiva Superfície Agrária Útil mecanizada relacionada a uma notável quantidade de capital mecânico dispensado na produção, isto é, a SAU não foi saturada em razão de sua relativa grande extensão média. A mecanização da Comunidade de Lustal I, média-alta, nesse estudo, resultou também saliente quando comparada à completa ausência de

máquinas na Comunidade de Sítio Lagoa em estudo realizado por Mayorga *et al.*, (2004). No entanto, apenas em Tiassol, pode-se admitir a relativa extensão intermediária de SAU, visto que a área média dos estabelecimentos no Estado do Ceará é de 26,40 hectares (ha) (IBGE, 2005) e nessa comunidade a média das UFs é de 29,60 ha (Máximo de 70 ha) (Tabela 4). Entretanto, Junco e Lustal II evidenciaram os maiores índices médios de mecanização dentre as UFs de todas as comunidades rurais sob estudo do Distrito do Baixo Trici: 77,88 kW/ha<sup>2</sup> e 29,24 kW/ha respectivamente, visto que ambas mecanizam significativamente uma reduzida Superfície Agrária Útil. Portanto foi possível observar, que os comportamentos referentes ao índice de mecanização, evidenciados em Junco e Lustal II seguem o mesmo padrão, diferindo apenas no número de unidades familiares com mecanização: o Junco, por possuir um número maior de UFs (n= 15), apresentou, conseqüentemente, média superior à de Lustal II, que compreende apenas 8 UFs (Tabelas 2 e 4).

É consensual que a modernização da agricultura possibilitou o aumento da produtividade do trabalho, principalmente com a inserção de tecnologias mecânicas, e o aumento da produtividade da terra, através da adoção de insumos modernos, como sementes híbridas e transgênicas, fertilizantes, defensivos, corretivos agrícolas e raças estrangeiras de animais, entre outros. Porém, também está bastante claro, que esse aumento da produtividade ocorreu e beneficiou apenas os setores já modernizados pelo capital (VIDAL, 2007), ou seja, grandes fazendas e complexos agro-industriais. Os defensores dos supostos ganhos coletivos da Revolução Verde chegaram a apontar que o baixo nível tecnológico adotado na produção camponesa explica o *atraso* e a baixa produtividade de sua economia, e como conseqüência apelam para a necessidade da utilização de tecnologias modernas (SILVA, BISERRA, 1990; FERREIRA, RAMOS, ROSA, 2006).

Nos resultados desse trabalho, observa-se que as UFs da Comunidade de Tiassol evidenciaram a maior produtividade média do trabalho dos membros ocupados internos (34,21ha/nº) e dos ocupados totais (20,27ha/nº) quando comparadas às demais comunidades, devido à expressiva mecanização empregada no processo produtivo (165,63 kW) (Tabela 4) (HALLER, GONZÁLEZ, 2004). Por outro lado, ao nível das relações de emprego foi constatado, nessa mesma comunidade, o maior número médio de trabalhadores assalariados totais, temporários e permanentes (n=23) (Tabela 2), característica da racionalização tecnológica do trabalho, proliferada pela adoção de um padrão técnico-científico intrínseco ao processo da modernização conservadora da agricultura brasileira (ELIAS, 2002; THOMAZ JÚNIOR, 2000; SILVA *et al.*, 1983). Observa-se, portanto, na Comunidade de Tiassol, uma subordinação cada vez mais efetiva da força de trabalho ao capital e sujeição da renda da terra produzida pela unidade familiar ao capital. Essa sujeição se opera sem que o trabalhador seja expropriado de seus meios de produção e é expressa pelo controle do ritmo e da intensidade do trabalho, possibilitado pela reestruturação das relações sociais de produção particulares do campo (OLIVEIRA, 2007).

Assim, no presente estudo, se observa que, das duas comunidades com menores disponibilidades de terra própria, Lustal I (67,88%) e Junco (68,08%), apenas na segunda as maiores porcentagens médias de titulares se enquadram em grupos de idade mais avançada, convergindo com os resultados apresentados por Antonello (2002) para o grupo de unidades camponesas litorâneas de Sergipe, e caracterizando assim, as UFs do

---

<sup>2</sup> No Junco há uma unidade considerada *outliner*, já que sua SAU é de apenas 0,13 ha, o que determinou um IM extremamente elevado (833,33 kW/haSAU). Em conseqüência o Coeficiente de Variação do IM foi de 2,69 - o mais elevado de todas as comunidades - portanto, essa UF não foi considerada na elaboração do Figura 1.

Junco, como prováveis camponesas em remissão também. Acrescente-se que nessa comunidade, a proporção de jovens rurais no total de Membros Consumidores é de apenas 6,81%, (a menor de todas), o que indica possíveis dificuldades de continuidade da atividade. Apesar de que, no escopo do presente trabalho, a composição das rendas não foi estudada, essas últimas características para as UFs de Junco, reforçam tendência já observada por Tourrand, Caron e Bonnal (1993) para as famílias identificadas nesse mesmo distrito rural no tipo "Aposentados", as quais dependiam basicamente de pensões transferidas pelo Estado e se compunham por titulares com idades acima de 65 anos.

Em relação à Comunidade de Lustal I, a mesma apresenta algumas peculiaridades que permitem considerá-la uma comunidade camponesa em transição. Inicialmente, foi observado o comportamento atípico dos resultados médios de suas UFs componentes: a maioria dos titulares enquadra-se na faixa etária de jovens e no entanto dispõem da segunda maior porcentagem média de terras arrendadas, não seguindo assim, a clássica tendência apontada por Antonello (2002). Ademais, as UFs dessa comunidade se caracterizam predominantemente por valores intermediários na maioria de suas variáveis sobre fator trabalho, apresentam baixo índice médio de mecanização e ainda, apresentam o mais elevado índice médio entre consumidores e produtores: 1,26 UC/UT (Tabela 1). Observe-se que a Comunidade de Lustal e a Prefeitura de Tauá:

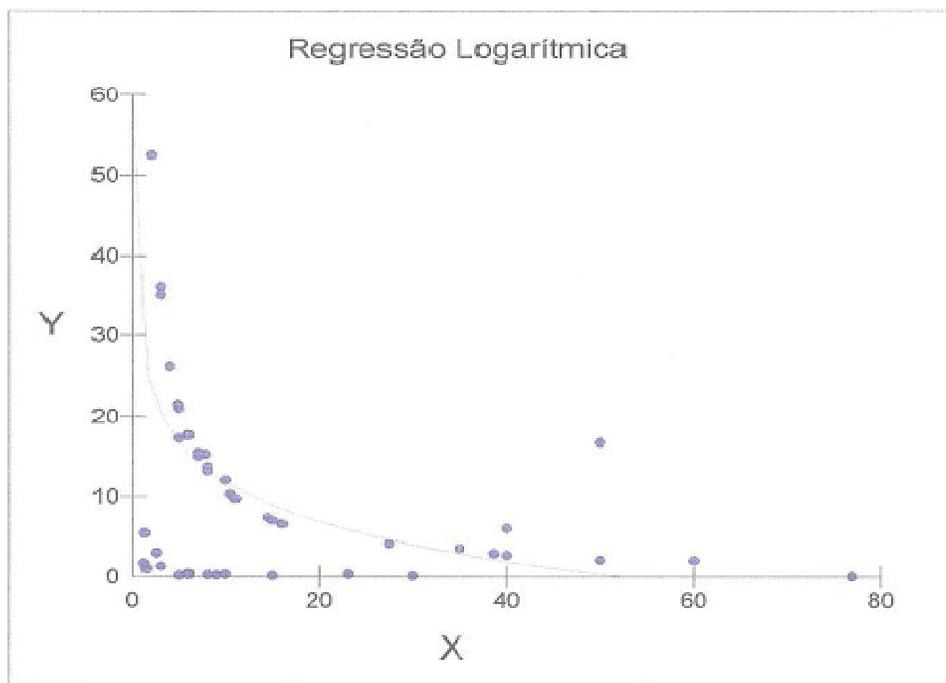
[...] mantêm uma intensa interação, que teve início em meados da década de 80, devido ao favorecimento geográfico da comunidade, permitindo a prática e implementação de projetos de irrigação, pois Lustal é favorecida pela passagem do Rio Trici e também por sua proximidade à Sede do município (MAYORGA et al., 2004, p. 121).

Assim, verifica-se para Lustal 1, que a associação entre suas características compõe a *espacialização do capital no microcosmo camponês, já que a técnica de irrigação é o elemento fomentador da dissolução da visão tradicional do trabalho, pois personifica a penetração da lógica do capital na produção camponesa* (ANTONELLO, 2002, p. 55).

De acordo com estudo referente ao índice de mecanização, desenvolvido nas propriedades orizícolas no Rio Grande do Sul, foi constatado que o aumento da área cultivada promoveu a diluição da potência empregada no processo produtivo, o que possibilitou um melhor aproveitamento do investimento cristalizado na compra de tratores e, que por consequência, pode implicar em maior rentabilidade econômica. Nesse mesmo estudo, o maior índice de mecanização (IM) evidenciado foi oriundo das unidades familiares menores, o que permitiu assinalar que essas adquiriram maior competência de trabalho do maquinário agrícola e conseguiram trabalhar suas áreas em menor tempo e com o cuidado necessário, condizendo, portanto, com a necessidade de adquirir uma maior produtividade, pois apreendiam pequenas áreas agriculturáveis (SCHLOSSER *et al.*, 2004). As Unidades Familiares das Comunidades Rurais do Baixo Trici, aqui estudadas (Junco, Lustal I, Lustal II, Queimadas, Tapera e Tiassol), revelaram comportamento similar ao apresentado nas propriedades orizícolas do Rio Grande do Sul no que se refere ao Índice de Mecanização, visto que as UFs de Tiassol por apresentarem uma relativa Superfície Agrária Útil média (SAU= 29,60 ha) evidenciaram um baixo índice médio de mecanização (IM= 6,46 kW/ha), enquanto as UFs de Junco por apreenderem uma baixa SAU média (5,37 ha) obtiveram o maior índice médio das comunidades sob estudo (IM= 77,88 kW/ha) (Tabela 4). Logo, foi possível observar, conforme a Figura 1, que o IM comportou-se diferentemente em razão da área agriculturável disponível, associada à quantidade de capital fixo destinado ao processo de produção, indicando, por conseguinte, maior consumo de trabalho do maquinário agrícola

nas menores superfícies agrárias úteis. Ademais, indicou a menor dependência desse componente tecnológico nas Unidades Familiares das Comunidades de Lustal II, Queimadas e Tapera.

Figura 1 – Regressão Logarítmica entre Superfície Agrária Útil (Eixo das Ordenadas) e Índice de Mecanização (Eixo das Abscissas)



Dentre as inovações mecânicas, que ocasionaram mudanças nas relações sociais de produção e de trabalho, o trator é tido como símbolo da modernização conservadora da agricultura brasileira. Silva e Biserra (1990) ao discutirem o comportamento da demanda por insumos modernos nos diversos Estados do Nordeste, relativos aos anos de 1970 a 1985, observaram que, em termos quantitativos, Pernambuco e Bahia foram os Estados que apresentaram maior utilização de tratores nos quinze anos analisados, e completam, mais adiante, que no quinquênio 1980-85, a taxa de crescimento foi relativamente baixa, chegando próxima a zero para o Estado do Ceará e negativa para os Estados do Rio Grande do Norte, Pernambuco, Alagoas e Paraíba, a saber: 0,5%, -0,7%, -2,5%, -0,9%, -2,8% respectivamente. No entanto, nesse mesmo estudo, quando foram analisadas as taxas de crescimento do período como um todo, observou-se que a mesma foi positiva para todos os Estados, o que permite assinalar que houve acréscimo do número de tratores utilizados pelos Estados do Nordeste. Tal acréscimo se deveu, primordialmente, ao crédito rural subsidiado (SILVA *et al.*, 1983) que se tornou, de maneira inegável, o agente catalisador dessa modernização socialmente seletiva e espacialmente concentrada (ELIAS, 2002) e politicamente entreguista; acentuando, portanto, as históricas desigualdades socioterritoriais brasileiras, através da financeirização do território. Araújo (2003) observou a intensificação progressiva da utilização de tratores no Estado do Ceará, por meio dos subprojetos produtivos de mecanização, visto que esses representaram um incremento de 7,2% sobre o quantitativo

de tratores. Em números absolutos e de acordo com os dados do Censo Agropecuário de 1996 (IBGE, 1998), existiam no Ceará 4.528 tratores distribuídos em 3.264 estabelecimentos agropecuários, isto é, apenas 0,96% do total de estabelecimentos detinha esse tipo de capital fixo. Ao compararem-se esses resultados com os preliminares do Censo Agropecuário de 2006 (BNB/ETENE/CIEST, 2007), observa-se um aumento significativo do número de tratores no Estado do Ceará: 5.463 tratores em 4.396 estabelecimentos agrícolas, ou seja, 1,15% do total de estabelecimentos possui esse capital. Ao estabelecer-se a relação entre o número total de estabelecimentos (n= 383.010) e o número total de tratores (n= 5.463) existentes no Estado, constatou-se que a cada 70,11 unidades de produção agropecuária correspondia a 1 trator, ou, ao realizar-se a relação inversa, há 0,014 tratores disponíveis em cada estabelecimento (BNB/ETENE/CIEST, 2007). Evidencia-se dessa forma que a modernização preconizada pelo padrão hegemônico de produção e mediada por setores neoliberais do Estado, que atua como gestor da reestruturação produtiva do trabalho e do espaço agrário, privilegia determinados segmentos sociais e econômicos, visto que apenas uma mínima parcela dos estabelecimentos do Estado do Ceará são beneficiados por esse tipo de inovação tecnológica. Privilegiam-se novamente, os grandes produtores em detrimento dos pequenos. Das noventa e seis Unidades Familiares sob estudo, 37 dispõem de tratores, ou seja, há 0,38 tratores disponíveis para cada UF, ou ainda, há um trator para cada 2,65 UFs. Isso demonstra tendência inversa à observada para o Estado do Ceará. No entanto, esse capital fixo mecânico não está homoganeamente distribuído pelas Unidades Familiares estudadas, mais sim concentrado na Comunidade do Tiassol, ausente na Comunidade de Queimadas e esparsamente disponível nas restantes.

### Considerações Finais

Observa-se, portanto, que as Unidades Familiares da Comunidade de Tiassol evidenciaram-se como as mais capitalizadas no âmbito econômico e no relativo às relações sociais de produção. Enquadrando-se assim na lógica capitalista da dominação da terra, remetendo-a a valor de troca, pois se trata de terra de negócio (MARTINS, 1981), no sentido de meio de produção equivalente à capital. Contraposto a essa, observa-se que em Tapera e Queimadas, as UFs se constituem nas que sofreram menores transformações internas do trabalho familiar. Existem, portanto, duas situações relativas ao trabalho, como *valor de uso*, que convivem lado a lado no Distrito do Baixo Trici: o desenvolvimento do trabalho assalariado, evidenciado em Tiassol, e o familiar exclusivo presente em Tapera. Esse comportamento, referente ao fator trabalho, está de acordo com a tese de Oliveira (2007,1995) e Martins (1990), na qual advogam que o campesinato tende a permanecer no capitalismo, visto que o desenvolvimento do último no campo é contraditório, logo, em seu processo de reprodução produzirá igualmente as suas incoerências, dentre elas o trabalho familiar camponês.

Em Lustal I, por sua vez, as UFs se caracterizaram, proeminentemente, por valores intermediários na maioria de suas variáveis associadas à presença de irrigação, apresentando-se portanto, em um estado de transição entre as comunidades mais tradicionais e as mais movimentadas pelo capital.

Referente a Lustal II, Tapera e Queimadas nota-se que essas UFs afeiçoaram-se como as mais tradicionais, emergindo como de dinâmica camponesa por excelência no que se refere aos componentes e variáveis analisadas. Caracterizadas (i) pelo envelhecimento relativo de seus respectivos titulares, que não chega a atingir os níveis encontrados para as UFs de Junco, esses titulares possibilitam a preservação e difusão dos recursos culturais e manutenção do trabalho solidário (WANDERLEY, 1995, 1999,

2003) e, simultaneamente essas comunidades dispõem de importante número de jovens que remete a uma possível continuidade da atividade; (ii) por possuir a maior parte de seus ocupados internos alocados ao nível doméstico e (iii) por apresentar baixa presença de trabalho assalariado ou completa ausência de assalariamento (Tapera); essas unidades familiares podem servir de base para a (re)estruturação de um modelo alternativo de desenvolvimento, contrário à racionalidade globalizadora. Ademais, suas baixíssimas produtividades do trabalho em relação ao fator terra, expressam a alta intensificação do fator trabalho, convergindo assim, para o preconizado por Altieri e Nicholls (2002) em relação ao fortalecimento do campesinato: lograr a máxima mobilização da força de trabalho local. Essa alta intensificação do trabalho camponês, aliada à baixa dependência de mecanização (com exceção de Lustal II, que apesar de alta porcentagem de terras próprias, possui baixa Superfície Agrária Útil), permite vislumbrar que ainda controlam recursos desse sistema agrário marginal e ameaçado, convidando para sua restauração e aperfeiçoamento. Poder-se-ia assim, apreendê-las como *focos de resistência* ao capital segundo previsto por Araújo (2000b).

Desse modo, nota-se a heterogeneidade do padrão agrário adotado nesse território do Distrito do Baixo Trici comportando tanto a agricultura tradicional como a moderna. A organização do território camponês implica a ausência da divisão territorial do trabalho, já que os espaços condicionados pela lógica dos recursos endógenos camponeses também condicionam suas relações sociais de produção; em outras palavras, *as relações sociais produzem os espaços e os espaços produzem as relações sociais* (FERNANDES, 2008, p. 276).

As perspectivas que se abrem a partir das evidências apontam para a necessidade da continuidade da pesquisa. Encontram-se em fase preparatória, estudos sobre outros componentes do *fazer camponês*. Especificamente estão sendo estudados aspectos da cultura camponesa e de seu cálculo nas Comunidades Rurais de Tapera, Queimadas e Lustal II. A reprodução social dessas unidades familiares do semi-árido dos Inhamuns, Ceará, portanto, necessita ser compreendida no sentido de sua re(produção), para que se possa configurar e aprofundar o conhecimento de suas estratégias familiares, fundiárias e territoriais.

## Bibliografia

ALTIERI, M.A.; NICHOLLS, C.I. Una perspectiva agroecológica para una agricultura ambientalmente sana y socialmente más justa en la América Latina del Siglo XXI. In: LEFF, E. *et al.*, (Orgs.) La transición hacia el desarrollo sustentable. Perspectivas de América Latina y el Caribe. México, D.F.: Instituto Nacional de Ecología, México; Universidad Autónoma Metropolitana, México; Programa de Naciones Unidas para el Medio Ambiente, México, 2002, p.281-304.

ANDRÉ, J. V. A produção camponesa em foco: passos metodológicos para o cálculo de gravitação econômica. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA E ECONOMIA RURAL, 46., 2008, Rio Branco. Anais... Brasília: SOBER, 2008. CD ROM.

ANTONELLO, I.T. Trabalho concreto, trabalho abstrato - reprodução do campesinato sergipano. Geografia, Rio Claro, v.27, n.1, p. 43-63, abr. 2002.

ANTUNIASSI, M.H.R. 15 anos de assentamentos de trabalhadores rurais no Estado de São Paulo: o caso da Família Pereira. In: BERGAMASCO, S.M.P.P.; AUBRÉE, M.; FERRANTE, V.L.S.B (Orgs.). Dinâmicas familiar, produtiva e cultural nos assentamentos

rurais de São Paulo. Campinas: FEAGRI/UNICAMP; Araraquara: UNIARA; São Paulo: INCRA, 2003. p.47-64.

ARAÚJO, T.B. de. A questão regional e a questão nordestina. In: TAVARES, M. da C. (Org.), Celso Furtado e o Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000a.

ARAÚJO, T. B. de. Nordeste, Nordestes: que Nordeste? In: ARAÚJO, T.B. de (Org.) Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro - Heranças e Urgências. Rio de Janeiro: REVAN, 2000b.

ARAÚJO, J. B. C. *et al.*. Estudo sócio-econômico sobre agricultores familiares produtores de queijo-de-coalho das Comunidades do Junco, Tiassol e Tapera, no Município de Tauá - Ce. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL (SOBER), 46., 2008, Anais... Rio Branco, 2008.

ARAÚJO, M. H. de. Desigualdade e pobreza no Ceará: o caso do Projeto São José. 2003. Dissertação (Mestrado) – Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. 2003.

AS-PTA - ASSESSORIA E SERVIÇOS A PROJETOS EM AGRICULTURA ALTERNATIVA. Projeto Paraíba. Agricultura e Agroecologia. Disponível em: <http://www.aspta.org.br/programa-paraiba>. Acessado em 20 de set. de 2009.

BACHELARD, G. A poética do espaço. Tradução Antônio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

BACH, B.; MAYORGA, M.I. de; ZEDDIES, J. Economic analysis of different farming systems on the individual level in the Northeast of Brazil. In: GAISER, T. *et al.* (Eds.). Global change and regional impacts. Berlin: Springer-Verlag, 2003. p.359-374.

BARBOSA, T. *et al.* 2008. The start of sustainability in Amazonia? A new paradigm based on fertility for sustainable land management. In : BENOÎT, D. (Ed.). Empowerment of the rural actors. A renewal of farming systems perspectives. European IFSA Symposium, 8., 6-10 Jul., 2008, Clermond-Ferrand. [Cd-Rom]. Paris: INRA, 10 p., França.

BARONE, L.A. Revolta, conquista e solidariedade: a economia moral dos trabalhadores rurais em três tempos. Dissertação de Mestrado. Departamento de Pós-Graduação em Sociologia, FCL/Unesp - Araraquara, SP, 1996.

BARONE, L.A. Revendo o clientelismo político num assentamento de reforma agrária: da camisa de força à dialética do controle. Retratos de Assentamentos, n.9, p.105-120, 2004.

BASTOS, V.A. de; OLIVEIRA, T. de. A proposta de educação do campo das escolas rurais de Araraquara-SP: destaque na construção da qualidade de vida. Retratos de Assentamentos, n.9, p.147-166, 2004.

BERGAMASCO, S.M.P.P. Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar. Minicurso 56.G 9.0. In: REUNIÃO ANUAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA (SBPC), 57., 2005, Fortaleza. Anais... Fortaleza, 2005.

BERGAMASCO, S.M.P.P. ; PAMARD, C.B. ; CHONCHOL, M.E. Pour un Atlas des Assentamentos brésiliens: Reforme Agraire et espaces de recherche. Autrepart (La Tour d'Aigues), Paris, v. 3, p. 149-175, 1997.

BNB/ETENE/CENTRAL DE INFORMAÇÕES ECONÔMICAS, SOCIAIS E TECNOLÓGICAS. Informações agropecuárias do Estado do Ceará. 2007. Disponível em: <[http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/etene/etene/docs/ne\\_social.pdf](http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/etene/etene/docs/ne_social.pdf)>. Acessado em: 29 de ago. 2009.

BORBA, M. F. S.; GOMES, J. C. C.; TRUJILLO, R. G. Desenvolvimento endógeno como estratégia para a sustentabilidade de áreas marginais. 2009. Disponível em: <[http://www.inclusaodejovens.org.br/Documentos/BIBLIOTECA/Desenvolvimento/Desenvolvimento\\_Endogeno\\_e\\_Potencial\\_Endogeno.doc](http://www.inclusaodejovens.org.br/Documentos/BIBLIOTECA/Desenvolvimento/Desenvolvimento_Endogeno_e_Potencial_Endogeno.doc)>. Acessado em: 28 de set. 2009.

BORGES, J.R.P.; FABBRO, A.L. de. Condições de vida e qualidade do saneamento ambiental em assentamentos da reforma agrária paulista - Um estudo da situação de vulnerabilidade de famílias assentadas. In: CONGRESSO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL, 7., 2006, Anais... Quito, Equador.

CAMPOS, C.S.S. Campesinato autônomo: uma tendência real ou utopia? In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, XII., 2005, Anais... Belo Horizonte, MG. 2005.

CARDIM, S.E. de C.S.; VIEIRA, P.de T.L; VIEGAS, J.L.R. Análise da Estrutura Fundiária Brasileira. Brasília: INCRA, 2007. 27 p.

CARMO, M. S. do. Assentamentos rurais em São Paulo e a agricultura sustentável em um enfoque de redirecionamento de perspectivas. In: BERGAMASCO, S.M.P.P.; AUBRÉE, M.; FERRANTE, V.L.S.B. (Orgs.). Dinâmicas familiar, produtiva e cultural nos assentamentos rurais de São Paulo. Campinas: FEAGRI/UNICAMP: Araraquara: UNIARA; São Paulo: INCRA, 2003. p.295-318.

CARVALHO, A. *et al.* Sistemas de produção familiar no Norte do Paraná. In: PASSIRI, J. J. (Coord.). A Agricultura Familiar. Londrina: IAPAR/EMATER, 2001. 56 p.

CARVALHO, H.M. de. Revista Sem Terra, v.5, n.19, p. 1-4, abr./jun.2003.

CHAYANOV, A. V. La teoría de la economía campesina. 2 ed. México: PYP, 1987.

CHONCHOL, M.E.F.de. Assentamento Monte Alegre: conflitos e negociações nas ocupações e terras. In: BERGAMASCO, S.M.P.P.; AUBRÉE, M.; FERRANTE, V.L.S.B. (Orgs.). Dinâmicas familiar, produtiva e cultural nos assentamentos rurais de São Paulo. Campinas: FEAGRI/UNICAMP: Araraquara: UNIARA; São Paulo: INCRA, 2003. p.65-78.

CONTAG - CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES DA AGRICULTURA. Elementos para a construção de uma Nova Política de Assistência Técnica e Extensão Rural. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL: UMA NOVA EXTENSÃO RURAL PARA A AGRICULTURA FAMILIAR, 1., 1997, Brasília. Anais... Brasília, 1997.

COSTA, C.M.O. da; BERGAMASCO, S.M.P.P. Processo de organização da produção em assentamentos rurais no Brasil: a Fazenda Pirituba/SP. In: BERGAMASCO, S.M.P.P.; AUBRÉE, M.; FERRANTE, V.L.S.B. (Orgs.). Dinâmicas familiar, produtiva e cultural nos assentamentos rurais de São Paulo. Campinas: FEAGRI/UNICAMP: Araraquara: UNIARA; São Paulo: INCRA, 2003. p.125-156.

DUVAL, H.C. O trabalho em grupo e o trabalho de campo: um pesquisador em busca da visão poliocular. Retratos de Assentamentos, n.9, p.61-70. 2004.

ELIAS, D. Ensaio sobre os espaços agrícolas de exclusão. Revista NERA, Presidente Prudente, ano 9, n. 8, p. 29-51, jan./jun. 2006.

\_\_\_\_\_. Territorialização do capital no espaço agrário cearense. Geografia, Rio Claro, v. 30, n. 2, p. 223-239, mai./ago. 2005.

\_\_\_\_\_. Integração competitiva do semi-árido. In: ELIAS, D.; SAMPAIO, J. L. F. (Orgs.). Modernização excludente. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002. p. 11-36.

\_\_\_\_\_. Globalização, fragmentação e reorganização do espaço agrário cearense. Geonordeste, Aracajú, ano XI, n. 2, 2001.

FERNANDES, B. M. *et al.*. Inserção sociopolítica e criminalização da luta pela terra: ocupações de terra e assentamentos rurais no Portal do Paranapanema - SP. In: BERGAMASCO, S.M.P.P.; AUBRÉE, M.; FERRANTE, V.L.S.B., (Orgs.). Dinâmicas familiar, produtiva e cultural nos assentamentos rurais de São Paulo. Campinas: FEAGRI/UNICAMP: Araraquara: UNIARA; São Paulo: INCRA, 2003. p.79-104.

FERNANDES, B. M. Entrando nos territórios do Território. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. Campesinato e território em disputa. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 273-302.

FERRANTE, V. L. S. B. Tamoio: olha! Tem nó na cana! Revista Perspectivas, v.7, São Paulo: UNESP, 1984.

FERRANTE, V. L. S. B. Bóias-frias em greve: a coletivização dos espaços de luta. In: ENCONTRO NACIONAL DA PIPSA, XI., Botucatu, SP. Anais... Botucatu, 1986. p. 488-513.

FERRANTE, V. L. S. B.; BARONE, L. A. Assentamentos rurais e poder local: os rumo da descentralização da Reforma Agrária. In: BERGAMASCO, S. M. P. P.; AUBRÉE, M.; FERRANTE, V. L. S. B., (Orgs.). Dinâmicas familiar, produtiva e cultural nos assentamentos rurais de São Paulo. Campinas: FEAGRI/UNICAMP: Araraquara: UNIARA; São Paulo: INCRA, 2003. p.157-186.

FERRANTE, V. L. S. B.; WHITAKER, D. C. A.; BARONE, L.A. Dezoito anos de assentamentos rurais: diferentes dimensões desta difícil maioria. Retratos de Assentamentos, n.9, p.11-60, 2004.

FERRANTE, V.L.S.B.; BARONE, L.A.; KURUNAGA, A.A. Reforma agrária e "desenvolvimento como liberdade": uma nova visão sobre os assentamentos rurais do Estado de São Paulo. Retratos de Assentamentos, n.10, p.19-44, 2006.

FERREIRA, M. de O.; RAMOS, L. M.; ROSA, A. L. T. da. Crescimento da agropecuária cearense: comparação entre as produtividades parciais e total. Revista de Economia e Sociologia Rural, Rio de Janeiro, v. 44, n. 3, p. 503-524, jul./set., 2006.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO – FJP, IPEA, PNUD. 2008. Índice de desenvolvimento Humano dos Municípios Brasileiros – IDH. Disponível em: <<http://www.fjp.gov.br/>>. Acessado em 25 de set. de 2009.

HALLER, V. V.; GONZÁLEZ, I. S. Agricultura de subsistencia y desarrollo rural. México: Trillas, 2004.

HESPANHOL, A.N.; COSTA, V.M.H.de M.; SANTO, C.R.do E. Os assentamentos e os reassentamentos rurais na região de Andradina - SP. In: BERGAMASCO, S.M.P.P.; AUBRÉE, M.; FERRANTE, V.L.S.B., (Orgs.). Dinâmicas familiar, produtiva e cultural nos assentamentos rurais de São Paulo. Campinas: FEAGRI/UNICAMP: Araraquara: UNIARA; São Paulo: INCRA, 2003. p.105-125.

IBGE. Pesquisa Agrícola Municipal - PAM. Anual 2005. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acessado em: 22 de jul. 2009.

\_\_\_\_\_. Censo agropecuário 1995-1996. Rio de Janeiro: IBGE, 1998. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/default.shtm>>. Acessado em: 25 de jul. 2009.

\_\_\_\_\_. Indicadores de desenvolvimento sustentável - IDS. Brasil: IBGE, 2004. Disponível em : <<http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/recursosnaturais/ids/defaulttab.shtm>>. Acessado em: 28 de ago. 2009.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (Ceará). Anuário Estatístico. [s.l.,s.n.] 2005. Disponível em: <<http://www.ipece.ce.gov.br/>>. Acessado em 2 de maio.de 2008.

INCRA - INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. 1º Censo da Reforma Agrária do Brasil. INCRA/CRUB/UNb, Brasília, mai. 1997. (Relatório Final).

JORGE, W.J.; SOUZA, J.G. Os programas especiais de financiamento como instrumentos de integração sócio-econômica em assentamentos rurais: as intenções e os fatos. In: BERGAMASCO, S.M.P.P.; AUBRÉE, M.; FERRANTE, V.L.S.B., (Orgs.). Dinâmicas familiar, produtiva e cultural nos assentamentos rurais de São Paulo. Campinas: FEAGRI/UNICAMP: Araraquara: UNIARA; São Paulo: INCRA, 2003. p.187-212.

KARRIEM, A. The rise and transformation of the Brazilian landless movement into a counter-hegemonic political actor: A Gramscian analysis. Geoforum, v.40, n.3, mai., p.316-325, 2009.

KUNZE, J.D. A lógica camponesa, o cálculo camponês e a pequena propriedade agrária no Brasil. [s.l.,s.n.] 2009. Disponível em <<http://www.oeconmista.com.br/>>. Acessado em: 5 de set. de 2009.

MACIEL, M.C. As guardiãs da religião. Retratos de Assentamentos, n.9, p.167-174, 2004.

MARQUES, M. I. M. Agricultura e campesinato no mundo e no Brasil: um renovado desafio à reflexão teórica. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (Orgs.) Campepinato: territórios em disputa. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARTINS, J. de S. Os camponeses e a política no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1981.

\_\_\_\_\_. O cativo da terra. São Paulo: Hucitec, 1990.

MARX, K. O capital: crítica da economia política. 3 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988. (Os Economistas).

MAYORGA, D. de O. *et al.* Capital social, capital físico e vulnerabilidade do sertanejo: o caso das Comunidades Lustal e Sítio Lagoa no Município de Tauá, Ceará. Revista de Economia e Sociologia Rural, Brasília, v. 42, n. 1, p.111-132, 2004.

MAZOYER, M. L. Ciência e tecnologia a serviço do desenvolvimento agrícola: impasses e perspectivas. Tradução de Patrice Willaume. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1991. 18 p.(Textos para debate 37).

NORDER, L.A. Estado, sistemas de crédito e arranjos locais. BERGAMASCO, S.M.P.P.; AUBRÉE, M.; FERRANTE, V.L.S.B., (Orgs.). Dinâmicas familiar, produtiva e cultural nos assentamentos rurais de São Paulo. Campinas: FEAGRI/UNICAMP: Araraquara: UNIARA; São Paulo: INCRA, 2003. p. 213-240.

OLIVEIRA, A. M. de. Saberes camponeses e práticas pedagógicas no campo. Mercator - Revista de Geografia da UFC, ano 70, n.13, p.47-58. 2008.

OLIVEIRA, A. U. A agricultura brasileira: Desenvolvimento e contradições. In: BECKER, B. *et al.* (orgs.). Geografia e meio ambiente no Brasil. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec, 1995, p. 280-306.

\_\_\_\_\_. Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária. São Paulo: Labur Ed., 2007.

PAULINO, E. T. Território e campesinato: da teoria à práxis. Revista Terr@Plural, Ponta Grossa, v. 2, n. 1, p. 199-211, jul./dez., 2008.

PEREIRA, N.L. *et al.* Análise da sustentabilidade da produção do algodão orgânico: estudo de caso no Município de Tauá, Ceará. In: ENCONTRO NACIONAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA ECOLÓGICA, IV., 2001, Anais... Belém, Pará, 2001.

PICOLOTTO, E. L.; DIESEL, V. E agora José... para onde? Impasses em torno da identidade e projeto do movimento de agricultores em Constatina - RS. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA E ECONOMIA RURAL, 44., 2006, Fortaleza. Anais... Brasília: SOBER, 2006. CD ROM.

RAMOS, L.R.; SAMPAIO, J.L.F. Descobrimos os caminhos da convivência com o semi-árido no Assentamento Palmares em Crateús - CE. In: ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA ECOLÓGICA, VII., 2007, Anais... Fortaleza, Ceará, 2007.

SAMPAIO, J.L.F.; LIMA, A.E.F. O saber camponês: apropriação dos recursos no Sertão dos Inhamuns - Ce. Mercator - Revista de Geografia da UFC, v.6, n.11, p.59-70, 2007.

SANTOS, V.T.dos. A reprodução subordinada do campesinato. Ensaio FEE, Porto Alegre, v.2, n.2, p.109-117, 1981.

SANTOS, M. A urbanização brasileira. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1994. 127 p.

SANT'ANA, A.L. *et al.*, Estratégias de comercialização e geração de rendas em dois assentamentos da Região de Andradina (SP). BERGAMASCO, S.M.P.P.; AUBRÉE, M.; FERRANTE, V.L.S.B., (Orgs.). Dinâmicas familiar, produtiva e cultural nos assentamentos rurais de São Paulo. Campinas: FEAGRI/UNICAMP; Araraquara: UNIARA; São Paulo: INCRA, 2003. p.241-276.

SCHEAFFER, R. L.; MENDEHALL III, W.; OTT, R.L. Elementary survey sampling. 5. ed. Belmont: Duxbury, 1996. 561p.

SCHOLOSSER, J. F. *et al.* Índice de mecanização de propriedades orizícolas no Rio Grande do Sul, Brasil. Revista Ciência Rural, Santa Maria, v. 34, n. 3, p. 791-794, mai./jun., 2004.

SCOTT, J. The moral economy of peasants: rebellions and subsistence in the southeast Asia. 1.ed. New Haven, Conn: Yale University Press. 1976. 246 p.

SHANIN, T. Campeños y sociedades campesinas. México: Fondo de Cultura Económica, 1979.

SHANIN, T. La clase incomoda. Madrid:Alianza Editorial, 1983.

SHANIN, T. Lições camponesas. In: PAULINO, E.T.; FABRINI, J.E. (Orgs.). Campeñato e territórios em disputa. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

SILVA, J. G da. *et al.* Tecnologia e campesinato: O caso brasileiro. Revista de Economia Política, São Paulo, v. 3, n. 4, out./dez., 1983.

SILVA, L. M. R.; BISERRA, J. V. Comportamento da demanda de insumos modernos do Nordeste. Revista Ciência Agronômica, Fortaleza, v. 21, n. 1/2, p. 93-102, jun./dez., 1990.

SOUSA, I.S. de *et al.* Manejo agroecológico de árvores algodoeiras: uma alternativa para famílias rurais de pequena dimensão no semi-árido do Ceará. Revista Ceres, v.52, n.303, p.787-809, 2005.

SOUSA, B.M. de. Campeñato e subsunção do trabalho ao capital. [s.l.,s.n.] 2009. Disponível em: <<http://biblioteca.universia.net/ficha.do?id=42963001>>. Acessado em 30 de ago. de 2009.

SOUZA, V. F. de ; FERREIRA, L ; BERGAMASCO, S. M. P. P. Processos evolutivos na ocupação dos espaços nos assentamentos Monte Alegre 1 e Monte Alegre 4, Araraquara, Estado de São Paulo. Revista de Economia Agrícola, v. 55, p. 5-14, 2008.

THOMAZ JÚNIOR, A. A trama societária da reestruturação produtiva e territorial do capital na agricultura e os desdobramentos para o trabalho. (Noções Introdutórias). In: O pensamento de Milton Santos e a construção da cidadania em tempos de globalização. Organização: Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB/BAURU). Bauru, 2000.

THOMPSON, E. La economía moral de la multitud en la Inglaterra del siglo XVIII. In: \_\_\_\_\_. Tradición, revuelta y consciencia de classe: estudios sobre la crisis de la sociedad pre-industrial. Barcelona: Crítica, 1984, p. 62-134.

TOURRAND, J.F.; CARRON, P.; BONNAL, P. Recherche sur les systèmes d'élevage du semi-aride: cas du Nordeste brésilien. Montpellier, França, CIRAD-EMVT/SAR, 75 p. 1993.

VIDAL, D. de L. Sustentabilidade da Agricultura Familiar em Assentamentos de Reforma Agrária no Ceará: adaptação de sua dinâmica ao meio ambiente natural e institucional. In: COSTA, L.F.A. da; FROTA, F.H. da S. (Orgs.). Nordeste(s), Novos Desafios: Políticas Públicas e Dinâmicas Institucionais, Fortaleza: EdUECE, 2006. p. 241-250.

VIDAL, D. de L. Políticas do Banco do Nordeste do Brasil para a pecuária camponesa: apoio à biodiversidade de pequenos ruminantes em sistemas de produção nordestinos? Teoria e Evidência Econômica, Passo Fundo, v.14, n.28, p.28-36, 2007.

WANDERLEY, M. de N. B. A agricultura familiar no Brasil: um espaço em construção. Reforma Agrária. Campinas, v.25, n.2/3, p.37-57, 1995.

WANDERLEY, M. de N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: Agricultura familiar: realidade e perspectivas. Passo Fundo, RS: Ed. Universidade de Passo Fundo, 1999. 1 ed.

WANDERLEY, M. de N. B. Morar e trabalhar: o ideal camponês dos assentados de Pitanga (Estudo de Caso no Nordeste). In: MARTINS, J. de S. (Coord.) Travessias: a vivência da reforma agrária nos assentamentos. Porto Alegre, ed.UFRGS, 2003, p.203-246.

WEID, J.M. von der. Communal participation in agroecological planning. ILEIA Newsletter, v.9, n.4, dec., 1993.

WHITAKER, D.C.A. Nas franjas do rural-urbano: meninas entre a tradição e a modernidade. Caderno Cedes, n.56, p.7-22, 2002.

WHITAKER, D.C.A. A questão da diversidade em assentamentos de Reforma Agrária: Araraquara - SP. BERGAMASCO, S.M.P.P.; AUBRÉE, M.; FERRANTE, V.L.S.B., (Orgs.). Dinâmicas familiar, produtiva e cultural nos assentamentos rurais de São Paulo. Campinas: FEAGRI/UNICAMP; Araraquara: UNIARA; São Paulo: INCRA, 2003. p.275-294.

WOORTMANN, K. Com parente não se negueia: o campesinato como ordem moral. Anuário Antropológico, v.87, p.11-73. 1990.